ANDRÉ MENDONÇA ABANDONADO PELO PRÓPRIO GOVERNO, O EX-MINISTRO DA JUSTIÇA VÊ A SUA NOMEAÇÃO AO SUPREMO VIRAR FUMAÇA A CADA DIA QUE PASSA

COVID-19 ESPECIALISTAS APRESENTAM PROPOSTAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VARIANTE DELTA E DISCUTEM O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXVII Nº 1174 R$ 19,90
15 DE SETEMBRO DE 2021

PATÉTICO E TRÁGICO

AGORA HÁ MAIS ATORES POLÍTICOS CONTRA BOLSONARO, MAS O APOIO FANÁTICO AO PRESIDENTE É CAPAZ DE MANTER O BRASIL IMOBILIZADO E NA RUÍNA ECONÔMICA

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
A estratégia ESG do Bradesco está
alinhada com a Agenda 2030 da ONU.
bradescosustentabilidade.com.br

CartaCapital

15 DE SETEMBRO DE 2021 • ANO XXVII • Nº 1174

Após o 11 de Setembro, uma trágica sucessão de erros. Pág. 50

Capa: Pilar Velloso. Foto: Marcos Corrêa/PR

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 9 ÀS 18 HORAS, EXCETO FERIADOS SP: 11 3512-9486 / RJ: 21 4062-7183 / MG: 31 4062-7183 / DF: 61 3181-0215 FALE CONOSCO: WWW.ASSINANTECARTACAPITAL.COM.BR

CHIP SOMODEVILLA/GETTY IMAGES/AFP E LEO AVERSA

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Fabiola Vasconcelos, Flávio Dino, Gabriel Galipolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino
CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

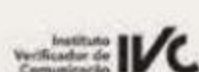
PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AUXILIAR DE CIRCULAÇÃO: Júlia Maciel
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinado por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113090

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Assinaturas, sugestões e reclamações
São Paulo: (11) 3512-9486
Rio de Janeiro: (21) 4062-7183
Belo Horizonte: (31) 4062-7183
Distrito Federal: (61) 3181-0215
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Fale Conosco: **www.assinantecartacapital.com.br**
Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

TRAMOIA NA PF

Esta é a terceira via em que "eles" querem emplacar um novo golpe para sustentar o anterior. De golpe em golpe, a elite financeira e financiadora vai mantendo seus privilégios, promovendo a derrubada de direitos trabalhistas e mandando o País para o fundo do poço. Vai ser difícil o Brasil se recuperar disso tudo.
Rose Fernandes

Eu tinha muito orgulho da PF, mas hoje muita decepção. Vejo uma polícia metida em armações políticas baratas. Isso tudo é muito amador, imoral e nojento. E olha que a PF tem a melhor formação profissional na academia. É triste.
Gilberto Magalhães

Em vez de encarcerar Sergio Moro e seus coautores, querem punir quem os desmascarou? Estes merecem uma medalha. Eles praticaram um ato de cidadania em prol da verdade e da democracia, expuseram os antipatriotas.
Anuja Cecin

LEÃO DESDENTADO

Nesta semana, a Febraban (bancos), a Fiesp (indústria) e o agronegócio (exportador de *commodities*) deram um claro recado a Bolsonaro: com ameaças ao Supremo e ao sistema eleitoral, é impossível a economia sobreviver. Eles se juntaram aos governadores, prefeitos e à população em geral, que sente na pele o Brasil caminhando para o caos. Impossível se calar e recuar das ruas diante das ameaças neofascistas bolsonaristas. O descaso com a vida, com o emprego e com a renda se soma ao desprezo pelo meio ambiente. Falência total. Quem aposta nessa agenda é uma minoria ensandecida, que alçou ao poder por erro histórico.
Antonio Negrão de Sá, Rio de Janeiro, RJ

É impressionante a similaridade (de Bolsonaro) com Collor, desde a desorganização administrativa até a *performance* exibicionista. O Brasil parece uma máquina com engrenagem que tem dente quebrado. Quando chega naquele ponto, trava e tem de recomeçar.
Luiz Vanhoven

A TENTAÇÃO DO JUSTICEIRO

O que falta é pulso firme das autoridades para colocar essas pessoas nos seus devidos lugares.
Gerson Souza

ADEUS À REELEIÇÃO

O povo não aguenta mais. As pessoas que vão nessas manifestações (do tipo 7 de setembro) não representam a população em geral.
Edson da Silva

SOBRE OS INTERVENTORES EXTERNOS

Absolutamente correto, mas há alguns que preferem apoiar os colonizadores.
Ednelson Abrahim

BOLSONARO ARMA A SUA TENTATIVA DE GOLPE

Outra cortina de fumaça para distrair o rebanho sobre 14,8 milhões de desempregados, 22% de aumento no preço da cesta básica, 19 milhões de famintos, mais de 500 mil mortos por Covid e uma corrupção brava na compra de vacinas.
Patrícia Tarifa

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Águas rasas

A seca sobre a bacia do Rio Paraná interrompeu o transporte de grãos pela Hidrovia Tietê-Paraná, que liga produtores do Centro-Oeste a um terminal ferroviário em Pederneiras, no interior paulista. Esta é a segunda suspensão da rota devido ao baixo nível das águas. Empresas responsáveis por escoar a produção agrícola queixam-se da lentidão do governo federal em fazer as obras necessárias para manter a operação. Na primeira paralisação da hidrovia, entre 2014 e 2015, o prejuízo foi estimado em 700 milhões de reais.

Infância/ Inocência roubada

O Brasil é o 5º país no mundo em casamentos de crianças e adolescentes

Décima terceira maior economia do mundo, com PIB nominal de 1,5 trilhão de dólares, segundo a agência classificadora de risco Austin Rating, o Brasil atualmente figura no quinto lugar no *ranking* internacional de casamentos infantis, revelam dados do Fundo Nacional para a Infância. Nesse quesito, o País só perde para Índia, Bangladesh, Nigéria e Etiópia.

Em março, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, conhecido pela sigla Unicef, estimou um acréscimo de 10 milhões de casamentos infantis até o fim da década, em decorrência da crise do Coronavírus, que agravou a vulnerabilidade social das meninas com menos de 18 anos. Sem alternativas, muitas são forçadas pelos próprios pais a se casar, como forma de reduzir ou compartilhar as despesas domésticas com o marido.

Para aferir melhor a dimensão do problema, a ONG Plan International Brasil está em campo para atualizar os dados da pesquisa "Como é ser menina no Brasil", de 2015. De acordo com o jornal *O Globo*, o último levantamento revelou que cerca de 3 milhões de meninas, entre 6 e 15 anos, enfrentavam os desafios de uma vida adulta antes do tempo. Desta vez, o foco da pesquisa são as jovens entre 14 e 19 anos.

Pobreza/ PROMESSAS AO VENTO

QUASE 1,2 MILHÃO DE BRASILEIROS ESTÃO NA FILA DO BOLSA FAMÍLIA

O Orçamento de 2022 não prevê recursos para ampliar o programa

Recentemente, o governo federal anunciou com pompa a intenção de ampliar o Bolsa Família. Segundo a promessa da equipe de Bolsonaro, o novo programa, rebatizado de "Auxílio Brasil", aumentará em 50% o valor dos benefícios pagos. Na proposta de Orçamento para 2022 enviada ao Congresso, a turma se esqueceu de aportar mais recursos para o programa. Sob a justificativa de que a medida furaria o teto de gastos públicos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, condicionou o programa a uma moratória dos precatórios, ou seja, das dívidas pendentes de pagamento.

A malandragem não se resume, porém, à manobra contábil. Atualmente, quase 1,2 milhão de cidadãos estão na fila do Bolsa Família, revela uma reportagem do jornal *O Globo*, que teve acesso aos dados por meio da Lei de Acesso à Informação. Esses brasileiros atendem aos critérios para a inclusão no programa, mas ainda não tiveram o benefício liberado pelo governo. A maioria deles vive no Sudeste e Nordeste. São Paulo tem 17% das famílias da fila, seguido por Bahia (10%) e Pernambuco (8,9%).

México/ Fora da clandestinidade

A Suprema Corte descriminaliza o aborto até a 12ª semana de gestação

A Suprema Corte do México decidiu, na terça-feira 7, descriminalizar o aborto no país. De forma unânime, os magistrados entenderam que são inconstitucionais as leis dos estados de Coahuila e Sinaloa, a prever condenações para as mulheres que interrompem voluntariamente a gravidez.

Dos 31 estados mexicanos, apenas três permitem o aborto até a 12ª semana de gestação: Oaxaca, Veracruz e Hidalgo. A capital Cidade do México também autorizou o procedimento em 2007. Nos demais estados, as mulheres só podem abortar em caso de estupro ou risco de morte para a mãe.

Para a liberação em todo o país, é preciso que os legislativos regionais o regulamentem. A Suprema Corte apontou o caminho. "Não tem cabimento dentro da doutrina jurisprudencial deste tribunal um cenário no qual uma mulher e as pessoas com capacidade de gestar não possam decidir se continuam ou não com a gravidez", disse o juiz Luis María Aguilar ao votar.

"Isso não terá impacto apenas no México. Vai definir a agenda para toda a América Latina", afirmou Melissa Ayala, coordenadora da organização feminista GIRE, ao *The Washington Post*. Oxalá esteja certa.

Atualmente, apenas três estados mexicanos permitem o procedimento

A Europa bate recorde de calor

Neste ano, a Europa caminha para registrar o verão mais quente de sua história, informou, na terça-feira 7, o Programa Copernicus, agência da União Europeia responsável por monitorar as mudanças climáticas. De acordo com os cientistas do órgão, a temperatura média do ar atmosférico, de junho a agosto, ficou próxima de 1 grau Celsius acima da média do período entre 1991 e 2020. Nunca o continente registrou temperaturas tão altas na série de dados do Copernicus, iniciada em 1979.

ULISES RUIZ/AFP, SÉRGIO AMARAL/MDS E ISTOCKPHOTO

Afeganistão/ PROVOCAÇÃO AO TIO SAM

O TALEBAN ANUNCIA NOVO GOVERNO COM PROCURADO PELO FBI

O Taleban anunciou, na terça-feira 7, a nomeação do mulá Hassan Akhund, um dos fundadores do grupo extremista islâmico, como líder do novo governo interino do Afeganistão. Abdul Ghani Baradar, chefe da delegação que negociou o acordo de paz com os norte-americanos em Doha, em 2020, foi indicado como líder-adjunto do conselho de ministros. Na prática, ele será uma espécie de vice-*premier*, o número 2 do regime. As informações foram anunciadas pelo porta-voz Zabihullah Mujahid.

O grupo retomou o controle do país com facilidade, após a retirada das tropas dos EUA, e não parece temer nova ocupação norte-americana. Sarajuddin Haqqani, líder de uma organização considerada terrorista pelos EUA, será o ministro do Interior. Ele é um dos homens mais procurados pelo FBI, acusado de planejar ataques suicidas e de possuir elos com a Al-Qaeda, responsável pelos atentados do 11 de Setembro. Washington, inclusive, oferece uma recompensa de 10 milhões de dólares por sua cabeça.

Washington oferece 10 milhões de dólares pela cabeça de Haqqani

REFÉNS DE NÓS MESMOS

O QUE ESPERAR, DE RESTO, DE UM PAÍS CUJO POVO AINDA NÃO VIROU NAÇÃO?

por MINO CARTA

O derradeiro usuário de um Rolls-Royce, à parte a rainha Elizabeth, foi o Grande Gatsby. O ex-capitão, que dizem ser o nosso presidente, renova o prazer de circular no veículo mais caro do mundo, dirigido, sublinho, por um campeão mundial da Fórmula 1, o também herói Nelson Piquet. A encenação de Bolsonaro teve o seu ponto alto em São Paulo, o que não deixa de atender a uma lógica implacável, baseada na justa primazia da locomotiva da Federação. Os bolsonaristas espalharam-se por oito quarteirões da Avenida Paulista para exibir o poder daquele que aplaudiam.

Sem deixar de ser patética, a situação criada pela presença de um demente na Presidência da República, resultado de uma série de golpes ainda não digeridos, deságua nos pedidos de *impeachment* de Gilberto Kassab, líder do PSD, e do governador de São Paulo, João Doria, já a fermentarem nos meios políticos. Embora eu não tenha tido a ventura de observar espectador algum das marchas presidenciais de mão erguida, pronta a lançar na direção do próprio um ovo podre, tendo a crer que um certo número de brasileiros aprecia a proposta.

Pergunto aos meus aturdidos botões até quando o famigerado "Centrão" resistirá no apoio ao presidente de fancaria. O ensandecido atingiu um patamar de demência sem remédio, aos olhos de todos, no Brasil e no mundo, com exclu-

Este atribui-se o papel de Condestável da República

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E AGÊNCIA CÂMARA

A locomotiva da Federação não podia deixar por menos

são de quantos ainda o apoiam, contaminados pela doença presidencial. Com o ex-capitão na Presidência, o País perdeu mais longos anos, a se somarem ao tempo atirado ao lixo na sequência de golpes que começa com a Lava Jato.

A esta altura, a operação destinada a criar as condições do *impeachment* não parece impossível, a despeito do conformismo nativo, de hábito interessado em deixar as coisas como estão para ver como ficam. Quais eventos se seguiriam a um *impeachment*, a contar, certamente, com o apoio de vários empresários insatisfeitos com as políticas postas em prática pelo senhor Paulo Guedes? Assim, a situação não esconde a sua complexidade, a se levarem em conta os tortuosos caminhos de uma legislação – melhor, o conjunto de regras ditadas pela empáfia dos senhores, impregnadas pelas reticências e resistências impostas pela casa-grande.

Chegamos, obviamente, a um impasse: de um lado, os maus hábitos da porção graúda da população e, do outro, por parte das vítimas de um desequilíbrio social sem similares. Conforme manda este deplorável confronto entre interesses discrepantes, mas sempre determinados a ajeitar a situação a favor do mais forte. Personagem principal deste enredo, um certo Arthur Lira, presidente da Câmara e líder do Centrão. É ele quem hoje avaliza a permanência de Bolsonaro contra qualquer tentativa de afastá-lo, qual fosse Condestável da República, mais determinante do que o próprio protegido.

Na quarta-feira 8 de setembro, Lira pronunciou um discurso para acentuar o seu papel e a necessidade de manter Bolsonaro onde está. Cresceu o número daqueles que, na moldura da política, consideram o ex-capitão um mal gravíssimo para o País. Mas tudo indica que nada pode alterar a situação atual. Estamos nesta sem perspectiva de redenção, mesmo porque as tais regras não se tocam.

Depois de um discurso insolitamente enérgico do presidente do STF, Luiz Fux, os ministros elevaram o tom da sua resistência às provocações bolsonaristas. Seguem-se no Supremo, na quinta-feira 9, *in crescendo*, como soletraria uma pauta musical, os pronunciamentos contra as manifestações demenciais do ex-capitão. É um tardio despertar da dignidade de um poder da República que já se prestou a dar o seu apoio ao golpe praticado contra Dilma Rousseff e os crimes cometidos na condução do processo que levou Lula à condenação e à prisão sem provas. De verdade, o Supremo teria de intervir desde o começo da Lava Jato, a operação capaz de desencadear tudo o mais na esteira da conspiração liderada por Sergio Moro e Deltan Dallagnol, com o inegável apoio do governo dos Estados Unidos. •

O GRANDE IMPASSE

APESAR DE TUDO, BOLSONARO AINDA TEM APOIADORES FANÁTICOS CAPAZES DE DAR-LHE SOBREVIDA ATÉ A ELEIÇÃO. E O PAÍS QUE SE MOA

por ANDRÉ BARROCAL

A turma da direita não bolsonarista ensaia aderir ao *impeachment* ao lado dos progressistas. Um dia após os atos golpistas, caminhoneiros fiéis ao presidente fecharam estradas em 14 estados, crentes de que ajudariam a detonar uma revolta popular a favor do ex-capitão. Burrice e ilusão: motoristas acampados na capital federal chegaram a festejar, como visto em vídeos na *web*, uma inexistente decretação de estado de sítio por Bolsonaro. Este enxergou que parar rodovias afetaria a população, com falta de comida e gasolina e mais alta de preços, e gravou um áudio a pedir aos caminhoneiros que liberassem as vias. A turma ficou perplexa com a traição do "mito", que se viu forçado a falar por videoconferência com alguns líderes da categoria na quinta-feira 9.

O saldo dos últimos acontecimentos é que o País segue preso a um impasse. Bolsonaro sem força para avançar e dar golpe, mas com força para resistir e não cair. Ou será que a adesão de alas do *establishment* ao Fora Bolsonaro mudará o quadro? "Não vejo que haja clima para o *impeachment*", declarou aquele que herdaria a faixa, o general de pijama Hamilton Mourão. Enquanto isso, o Brasil arrebenta. Inflação de quase 10% em 12 meses até agosto, 20 milhões no desemprego ou desalento, "pibinho", pobreza, fome. "O impasse irá até a eleição", diz o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, a quem o PSB gostaria de lançar candidato a presidente – mas o próprio não quer. Para ele, Bolsonaro causa instabilidade permanente, o que assusta quem tenha dinheiro e alguma intenção de investi-lo. "O estilo de governo do Bolsonaro casa com a personalidade dele, ele busca o conflito o tempo todo."

"SÓ SAIO PRESO, MORTO OU COM VITÓRIA. DIREI AOS CANALHAS QUE EU NUNCA SEREI PRESO", AMEAÇOU O EX-CAPITÃO

Conflito era a meta do 7 de Setembro bolsonarista. Foi o dia mais quente do ano no Distrito Federal, 35,9%. O tradicional desfile militar havia sido cancelado, a fim de que a Esplanada dos Ministérios estivesse livre para os apoiadores do presidente. Duas pessoas foram detidas (uma com drogas e celulares, outra com drogas e arma branca), mas a prometida revista geral dos manifestantes pela PM foi meia-boca. A Praça dos Três Poderes estava fechada. Na véspera, fanáticos do ex-capitão tentaram romper a barreira e chegar ao Supremo Tribunal Federal. O presidente da Corte, Luiz Fux, pediu reforço policial ao governo do Distrito Federal e telefonou para o comandante do Exército na região, general Rui Yutaka Matsuda, para avisar: se a situação piorasse, requisitaria uma operação de Garantia da Lei e da Ordem, ou seja, patrulha militar.

Buzinas cortavam a noite brasiliense, enquanto *trailers*, SUVs e ônibus tomavam as proximidades da Esplanada. Via-se, por exemplo, um ônibus de Rondonópolis, cidade sojicultora de Mato Grosso. Mais cedo, o presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Antonio Galvané, havia sido alvo de medidas de busca e apreensão policial, por ordem do juiz Alexandre de Moraes, do Supremo. Motivo: investigar se ele e sua entidade ajudaram a organizar e financiar os protestos. A pedido da Procuradoria-Geral da República, Moraes man-

"Temos uma fotografia para mostrar para o Brasil e para o mundo", afirmou o presidente, referindo-se à turba que saiu às ruas no 7 de Setembro

dou bloquear contas e PIX da Aprosoja e identificar todos os repasses da entidade acima de 10 mil reais. Na decisão, escreveu que uma tal Associação Coalizão Pró-Civilização teria recebido grana dos sojicultores para bancar os atos.

Naquele mesmo dia, Moraes mandou prender, por solicitação da Procuradoria, um professor de Santa Catarina, Márcio Giovani Niquelate, e um ex-PM mineiro, Cássio Rodrigues Costa Souza. O primeiro disse, em vídeo, que "um empresário grande" oferecia dinheiro pela cabeça do magistrado. O outro, também em vídeo, "que vamos te matar (Moraes) e toda sua família". O juiz era o alvo do ex-capitão no 7 de Setembro. Logo cedo, Bolsonaro participou de uma cerimônia de hasteamento da bandeira no Palácio da Alvorada, com ministros, fardados e Fernando Collor. Depois sobrevoou a Esplanada com o ministro da Defesa, o general de pijama Walter Braga Netto. Em seguida, deslocou-se no Rolls-Royce presidencial, pilotado por Nelson Piquet, para o palanque.

No público, uma faixa pregava "Intervenção militar e faxina nos Poderes", outra, "Sim à liberdade de expressão!", ou seja, aquela liberdade bolsonarista para portar-se de forma abjeta. "Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população", discursou Bolsonaro. Era uma referência ao juiz Moraes, condutor dos inquéritos das milícias digitais e o da organização criminosa por trás de atos pró-ditadura. Estas investigações tiram o sono presidencial. Acordado, ele repete que só sairá do poder preso, morto ou vitorioso. "Ou o chefe desse Poder (o STF) enquadra o seu (ministro) ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos", prosseguiu. No Supremo, os togados são iguais, eles se revezam na presidência, não há hierarquia. Ao encerrar, o ex-capitão disse que à tarde estaria no ato em São Paulo e levaria "essa fotografia de vocês mostrando pra onde todos nós devemos ir".

Os progressistas não têm força para derrubar Bolsonaro, apenas para vencê-lo nas eleições. Lira encarna o papel de biombo presidencial

LIRA FOI INCAPAZ DE MENCIONAR BOLSONARO E AINDA OFERECEU A CÂMARA COMO PALCO DE "PACIFICAÇÃO"

"Temos uma fotografia para mostrar para o Brasil e para o mundo, não de quem está nesse carro de som, mas de vocês", reiterou na Avenida Paulista. Foi um ato maior, a lotar ao menos oito quarteirões. E nada de "risco PM". O governador João Doria Jr., do PSDB, acompanhou do Centro de Operações da Polícia Militar. Segundo uma pesquisa de professores universitários com 642 participantes do protesto, 88% votaram em Bolsonaro em 2018, 95% se definiram como conservadores ou muito conservadores, 61% eram homens e 60% brancos, 43% tinham renda superior a cinco salários mínimos e 42% mais de 50 anos. Eis o núcleo duro do presidente. "A base mais fiel, mesmo que menor do que a moderada, está coesa e mobilizada. A Paulista demonstrou isso", afirma a cientista política Esther Solano, da Unifesp. Um núcleo da ordem de 25% do País.

Em 4 de setembro, um sábado, Bolsonaro participara, em Brasília, da Conferência de Ação Política Conservadora, a CPAC, invenção da extrema-direita ianque. A atração era Donald Trump Jr., mas ele deu o cano e falou por videoconferência. Um ex-assessor, Jason Miller, do pai de Trump Jr., viera para o evento e acabou detido pela Polícia Federal, por ordem do

MARCELO CAMARGO/ABR, GOVSP, SÉRGIO LIMA/AFP E NINO GUIMARÃES/PCB BAHIA

juiz Moraes, no inquérito sobre financiamento dos atos pró-ditadura. Miller depôs à PF no 7 de Setembro. Ele está por trás de uma rede social similar ao Twitter, a GETTR, usada pela extrema-direita. Em outro lance para asfixiar o bolsonarismo pelo bolso, o Tribunal Superior Eleitoral proibiu a GETTR de repassar dinheiro a canais e *blogs* bolsonaristas.

Ao referir-se a Moraes na Paulista, Bolsonaro espumava. Entre músicas a ironizar Doria e um cartaz "Lula, morra logo", declarou: "Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes este presidente não mais cumprirá". E aos que chamou de "canalhas", repetiu: "Nunca serei preso". Não cumprirá ordens judiciais? Como? Mandará a PF, que executa ordens do Supremo, ignorá-las? Vai fingir-se de morto, se a Corte resolver que ele tem de depor a um delegado federal no inquérito sobre interferência política na PF? Aliás, quando o STF decidirá sobre o depoimento? Celso de Mello votou a favor de Bolsonaro comparecer perante um delegado e pendurou a toga, em outubro de 2020, e desde então o processo parou. Em nota, Mello disse que os discursos de Bolsonaro no 7 de Setembro "revelam a triste figura de um político medíocre e sem noção dos limites éticos e constitucionais", sem "estatura presidencial e senso de estadista", e que "degradou-se ainda mais".

O atual presidente do Supremo reagiu de forma dura também, na quarta-feira 8. Fux havia combinado com os colegas de Corte, na véspera, o teor do pronunciamento. Comentou que o tribunal tinha estado "atento à forma e ao conteúdo dos atos". Para ele, a democracia tem sido muito invocada por defensores de ideais antidemocráticos, por "falsos profetas do patriotismo", autores de "narrativas fáceis e messiânicas, que criam falsos inimigos da nação". Expediente, segundo ele, que acoberta "problemas reais e urgentes". Em um ponto forte do discurso, afirmou que "ninguém fechará esta Corte". E botou o dedo na ferida: desprezo a decisões judiciais "configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso".

O PSD de Gilberto Kassab e o PSDB de João Doria agora manifestam apoio ao *impeachment*. Há mais de 130 pedidos parados na Câmara

Analisado pelo Congresso se, e somente se, o chefe de uma das duas Casas legislativas, a Câmara, permitir. E o deputado Arthur Lira, do PP, não deixa. O parlamentar fez um pronunciamento sobre o 7 de Setembro antes de Fux e foi invertebrado. Até disse que não há "mais espaço para radicalismo e excessos" e que a eleição de 3 de outubro de 2022 é o "único compromisso inadiável e inquestionável". Foi incapaz, porém, de citar Bolsonaro ou o presidente da República. E ainda ofereceu a Câmara como palco de "pacificação", disse que estendia "a mão aos demais Poderes para que se voltem para o trabalho, encerrando desentendimentos". Aliás, quem também mantém a cara de paisagem ante Bolsonaro é o procurador-geral da República, Augusto Aras. "Ele já tinha que ter agido. O presidente expõe o regime democrático, promove a subversão do Estado Democrático de Direito", afirma Cláudio Fonteles, ex-PGR.

O Supremo tem meios de pressionar Lira para que deixe de proteger Bolsonaro e abra um dos quase 130 pedidos de *impeachment*. Em abril, o juiz Gilmar Mendes suspendeu três ações de improbidade que corriam contra Lira no Paraná, oriundas da Operação Lava Jato. E se voltar atrás? Detalhe: após o dis-

Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, alvos preferenciais do bolsonarismo, reagiram aos ataques. Os caminhoneiros bloquearam estradas em 14 estados, gerando desabastecimento e inflação

BUDA MENDES/GETTY IMAGES/AFP, MATEUS BONOMI/AGIF/AFP E ANTONIO CRUZ/ABR

curso pífio, o deputado foi até Mendes. Lira também é réu no próprio STF, acusado de ter recebido propina de 106 mil reais, em 2012, quando era líder do PP, para ajudar a manter no cargo o então presidente da CBTU, a estatal de trens, Francisco Colombo. A grana teria sido entregue no Aeroporto de Congonhas a um assessor de Lira, Jaymerson José Gomes. O pepista tornou-se réu em 2019, entrou com embargo contra a decisão, e o processo está parado com o juiz Dias Toffoli, que pediu tempo para pensar.

E a direita não bolsonarista, aquela que se chama de "centro", conseguirá tirar Lira da inércia? Se há uma novidade após o 7 de Setembro, é que essa turma agora ensaia aderir ao Fora Bolsonaro. O PSD de Gilberto Kassab, o PSDB de Doria, o MDB de Michel Temer, e o Solidariedade de Paulinho da Força debruçam-se sobre a ideia. Bem que um analista político de uma das grandes firmas do "mercado" havia comentado no fim de agosto com *CartaCapital*: "Por causa de umas coisas que vi e ouvi, acredito que vão tentar tirar o Bolsonaro da urna. É o movimento Kassab. Podemos ter uma frente do *establishment* contra o Bolsonaro". Com Lula em campo e uma intenção de voto na casa de 40% e com o presidente e seus 25% de fanáticos, a direita não bolsonarista não terá vez na eleição. Só sem o ex-capitão em cena.

O PSD criou uma comissão do *impeachment*, encabeçada por seu presidente, Kassab. Sigla curiosa: é a do ministro das Comunicações, o bolsonarista Fábio Faria, e a do presidente da CPI da Covid, o neo-oposicionista senador Omar Aziz. Para Kassab, "parece que as condições estão criadas" para um *impeachment*. No dia dos atos golpistas, Doria disse que "até hoje nunca havia feito nenhuma manifestação pró-*impeachment*", repensou e, hoje, "é pelo *impeachment*". Ele é um dos presidenciáveis do PSDB, legenda que, na quarta-feira 8, decidiu ir para a oposição e examinar crimes de responsabilidade do presidente. Detalhe: Aécio Neves lidera uma ala bolsonarista no ninho. Logo após anunciar seu oposicionismo, o PSDB tuitou uma imagem da bandeira brasileira com a inscrição "Nem Lula, nem Bolsonaro".

Tarefa inglória desse pessoal que não quer "nem Lula nem Bolsonaro", caso também do MDB, que em comunicado afirmou, sobre os atos golpistas, "que o próprio texto constitucional tem seus remédios em defesa da democracia", e do Solidariedade, que nos próximos dias deve seguir o rumo tucano sobre *impeachment*. "Bolsonaro passou de todos os limites", comentou publicamente Paulinho da Força. "A cada dia que passa, parece um pouco mais endoidado." Uma pesquisa de 1º de setembro da consultoria Quaest perguntou aos entrevistados o que preferiam na eleição. "Que vença Lu-

la" teve 45%, "que vença Bolsonaro" 23%, e que nem um nem outro vença, 25%. Em julho, os porcentuais eram 41%, 24% e 31%. O potencial da terceira via encolheu.

"Há uma movimentação da alta burguesia brasileira, que quer derrotar Lula e chegou à conclusão que o Bolsonaro não é capaz", diz o deputado Carlos Zarattini, do PT paulista. Os endinheirados não só não encontram um anti-Lula competitivo, como ainda veem ruína econômica e perspectivas desanimadoras. No sistema financeiro, o pessimismo espraia-se desde agosto. Depois do 7 de Setembro, há quem creia que as reformas neoliberais do ministro da Economia, Paulo Guedes, foram para o brejo e a paralisia seguirá. Entidades empresariais como Abiplast (plásticos), Abit (têxteis), Anfavea (montadoras) e Alshop (*shoppings*) figuram nesse time. Na véspera dos atos golpistas, a pesquisa semanal do Banco Central com mercadistas apontava piora generalizada nas previsões de crescimento, inflação e juro em 2022. Na quarta-feira 8, a Bolsa despencou 3,7%, maior tombo em seis meses, enquanto o dólar subia 2,8%, maior alta desde junho de 2020.

"O BRASILEIRO ESTÁ SENTINDO NA PELE A DESTRUIÇÃO DO PAÍS", DISSE LULA, NA VÉSPERA DO FERIADO

O Supremo tem munição para encurralar o governo financeiramente. Basta não aceitar a tentativa de Guedes de limitar o pagamento de decisões judiciais pelo governo. Os chamados precatórios somarão 89 bilhões em 2022, 34 bilhões acima da quantia de 2021. O ministro defende alterar a Constituição para parcelar a fatura em dez anos. No fim de agosto, Fux participara de negociações com Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do DEM, para limitar o papagaio com uma canetada do Conselho Nacional de Justiça, que o juiz comanda também. Ainda terá disposição para tanto?

O ensaio pró-*impeachment* levou representantes da direita não bolsonarista a se sentarem com líderes da oposição, como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para conversar sobre algum tipo de convivência. É possível que haja progressistas em um ato da rapaziada conservadora do MBL no domingo 12. E um grande ato conjunto, a juntar progressistas e a direita não bolsonarista, em defesa da democracia e do *impeachment*. Uma possibilidade é realizar esse ato entre o fim de setembro e o início de outubro, a coincidir com o encerramento da CPI da Covid e seu aguardado relatório contundente contra o ex-capitão.

"O discurso de Fux não teve lacunas: crime de responsabilidade, crise sanitária e estabilidade. Quem tem faltado na defesa da democracia é o Congresso, sobrecarregando o Judiciário. Fechar o Senado após o golpismo foi um erro", disse o relator da CPI, Renan Calheiros, do MDB. Uma crítica a Pacheco, que no dia dos protestos decidiu que a Casa não votaria nada na semana. Pacheco fez um pronunciamento mais comedido. Pregou diálogo e harmonia entre os poderes, tudo o que Bolsonaro não quer, e ressaltou que o cenário econômico (inflação, fome, miséria, desemprego, crise hídrica) está desesperador.

"Basta sair na rua para ver que o brasileiro está sentindo na pele a destruição do País", disse Lula na véspera do feriado, em um vídeo na internet. O 7 de Setembro viu também o tradicional Grito dos Excluídos, a pedir "Fora Bolsonaro", promovido por progressistas em alguns cantos do País. Sozinhos, os progressistas não têm força para derrubar Bolsonaro, apenas para vencê-lo na eleição. A ver se a união com a direita não bolsonarista vingará e antecipará o fim do ex-capitão. •

O impasse deve persistir até as eleições. Enquanto isso, o País padece com a estagnação econômica, a inflação, o desemprego e a pobreza

MARCOS COIMBRA

A montanha pariu um rato

▶ O modelo miliciano de intimidação não funcionou nem vai funcionar. Bolsonaro é um presidente ridículo

Como era previsível, no 7 de Setembro, a velha história se confirmou: a montanha pariu um rato. Não era bem uma montanha, apenas a figura patética do capitão tentando dar à luz algo maior do que ele. Também não foi exatamente um rato, talvez uma ratazana, daquelas despeladas e fedidas. Qualquer tentativa de ganhar o debate político mandando seguidores para a rua não funciona, há muito tempo, no Brasil. Ao contrário do que éramos até os anos 1950, quando o povo na Cinelândia e na Avenida Rio Branco derrubava governos, nos tornamos um país populoso demais. Sempre fica a sensação de que, se algo aconteceu em algum lugar, foi apenas lá.

Desde o fim da ditadura, só funcionaram as manifestações com alto grau de espontaneidade, pautas amplas e convocação diversificada. Certas ou erradas em suas reivindicações, progressistas ou reacionárias, foi assim nos comícios das Diretas Já, no *impeachment* de Fernando Collor e nos protestos de 2013 e 2015. A exibição bolsonarista do dia 7 de setembro não podia dar certo, e não deu. Foi convocada por um governante fraco com o único intuito de se fortalecer, sem pensar nos interesses coletivos. No palanque, somente ele e sua turma, corresponsáveis por fracassos em série. Na rua, uma gente com a qual a maioria do povo não se identifica, truculenta e grosseira. Como se isso não bastasse, um ato extemporâneo, sem motivo para acontecer agora.

Em uma sociedade com 150 milhões de eleitores, a partir de quantos manifestantes nas ruas alguém pode dizer que "tem o povo a seu lado"? Seria, por exemplo, 10% uma boa taxa? Seriam 15 milhões de cidadãos, mais que o total de habitantes da cidade de São Paulo. E se fossem 5%? Teriam de ser mais de 7,5 milhões de manifestantes, bem acima da população da cidade do Rio de Janeiro. E 1%, "apenas" 1,5 milhão de eleitores, alguém consegue mobilizar? Mesmo somando todos os lugares possíveis, a chance é pequena. O que significaria que mais de 99% da população adulta não acedeu à convocação.

É possível que um dos idiotas que ocupam o Palácio do Planalto tenha recomendado fazer as manifestações do dia 7, achando que o mambembe governo do capitão ficaria mais forte, mostrando seus (franzinos) músculos "nas ruas".

É um modelo miliciano de pensar, em que a aquiescência do outro é obtida mediante intimidações e ameaças, mas que, no caso, não serve para nada. Onde seria necessário, tem chance mínima de funcionar, pois a cúpula do Judiciário, do sistema político e do empresariado não se amedronta com os grunhidos bolsonaristas. Onde não, é dispensável. O "Centrão", os milicos e os bispos picaretas apoiam o capitão por conveniência, e não por medo. Não precisam de outros argumentos, estão com ele porque são pagos.

Resta, é claro, a suposição de que o povo, a maioria do eleitorado, que é pobre e vive mal, pode ser impressionado com manifestações de força como as deste 7 de Setembro. De novo é o modelo miliciano, em que as favelas e comunidades são mantidas na dependência de marginais por medo de represálias, com bandidos circulando na carroceria de caminhonetes a exibir fuzis.

O capitão e seus estrategistas devem imaginar que o voto popular em 2022 será guiado pelo receio de contrariar quem anda armado, militares, milicianos e "atiradores esportivos". Supõem que as pesquisas de opinião estão erradas e que os eleitores vão querer que o capitão continue, por ter o apoio de não se sabe quantos manifestantes que foram "às ruas".

Trata-se de um raciocínio idiota. O que as pesquisas atuais mostram é algo inteiramente normal na democracia: na reeleição, quem faz um bom governo é favorito, quem conclui um governo mediano está no páreo e o mau governante tende a perder. O péssimo é carta fora do baralho.

Bolsonaro é um presidente ridículo, que mal completou dois terços de seu mandato e é responsável por catástrofes em todas as áreas, em especial uma calamidade sanitária causada por sua incúria e incompetência. Tornou-se também, à medida em que aumentou seu nível de conhecimento, um político de quem a maioria da população não gosta, não admira e não respeita. Se conseguisse levar às ruas 1, 2 ou 10 milhões de brasileiros, isso não mudaria. O 7 de Setembro de 2021 seria uma exibição inútil e não funcionou. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Barbárie bolsonarista*

▶ Na fuga ao dever de punir, o ente público lança a sociedade no desamparo e na violência sem limites

Aos discursos de Bolsonaro no 7 de Setembro juntaram-se manifestações de oficiais das Polícias Militares. Em uma entrevista à CNN, um tenente-coronel reivindicou o direito de os colegas da ativa participarem das passeatas enquanto indivíduos.

Até prova em contrário, militares e policiais militares são agentes do Estado, necessariamente vinculados a códigos de conduta que estabelecem prerrogativas e deveres. Em razão de suas funções, esses agentes estão impedidos de reivindicar a condição de meros cidadãos. Investidos dos poderes de vigiar e punir, devem suportar as restrições funcionais e guardar suas manifestações privadas ao recôndito de suas intimidades.

Em sua obra magna, *O Processo Civilizador*, Norbert Elias investiga a concentração do monopólio da força no Estado moderno. "Ao se formar o monopólio da força, criam-se espaços sociais pacificados que estariam livres dos atos de violência. O indivíduo é protegido principalmente contra ataques súbitos, contra a irrupção da violência física em sua vida. Mas, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir em si mesmo qualquer impulso emocional para atacar outra pessoa... Ocorre uma mudança 'civilizadora' do comportamento."

Prossegue Norbert Elias: "As pressões que atuam sobre as pessoas nesses espaços são diferentes das que existiam antes. Formas de violência não física que sempre existiram, mas que até então sempre estiveram misturadas ou fundidas com a força física, são agora separadas destas últimas. Persistem, mas de forma modificada, nas sociedades mais pacificadas... Na sociedade mais pacificada do Estado, o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido".

Ao atacar o STF como instituição que coarcta a liberdade individual e propor o armamentismo geral e irrestrito, Bolsonaro advoga o direito do indivíduo de exercer sua violência pessoal sobre os demais. Assim, o desesperado presidente brasileiro reabilita o estágio social hobbesiano da "guerra de todos contra todos".

O contrato social que dá origem ao Leviatã está contaminado pelos anseios do desejo e pelos temores da violência. O medo é o medo do outro. Hobbes nega o estado de natureza idílico como o concebeu Locke, o bom selvagem, tal como também o idealizou Rousseau. Os homens só convivem pacificamente na sociedade em que o Estado está consolidado, quando os egoísmos da sociedade civil estão pacificados pelas leis soberanas.

Hobbes recusa a perenidade do contrato social, ou seja, admite que o poder soberano, uma vez estabelecido, estará sempre ameaçado pelos conflitos da sociedade civil. É permanente a possibilidade de o Estado, o Deus Mortal, ser destruído em uma crise desencadeada pelas rivalidades "particularistas".

O Leviatã é uma criatura engendrada pelos indivíduos livres, atormentados, porém, pela cobiça e pelo medo, sempre prestes a lançar a sociedade nos torvelinhos da morte e da destruição. É o medo que os obriga a abrir mão de sua liberdade sem peias para concentrar o poder na soberania do Estado.

O soberano tem o dever primordial de garantir a segurança dos cidadãos contra as ameaças de violência. O medo da morte induz o homem a refugiar-se no Estado. Por isso, a suprema obrigação moral do Estado é a de dar proteção ao cidadão.

Hobbes considerava a polícia o órgão vital do Estado moderno, a encarnação de sua essência. Mas a segurança do cidadão estaria garantida apenas mediante a imposição de controles e limites à função de polícia, determinados pela lei. A função policial deve ser exercida com vigor para conter impulsos destrutivos dos indivíduos, mas submetida às restrições necessárias para impedir que a soberania do Estado se transforme em arbítrio, ou seja, no exercício de um poder privado pela burocracia estatal encarregada de vigiar e punir.

Nas repúblicas modernas, se é que temos aqui algo parecido com isso, figuram entre as cláusulas pétreas aquelas relativas à representação legitimada pelo voto, à impessoalidade na administração pública, à constituição de um sistema de poderes e garantias fundados na lei.

O sistema de poderes e garantias ancorado na lei é o núcleo central do Estado contemporâneo. É isso que o obriga a punir, no exercício do monopólio da violência, as tentativas de opressão arbitrária de um indivíduo sobre o outro. Não há como pensar a sobrevivência da sociedade dos indivíduos-cidadãos sem imaginar a presença do poder repressivo do Estado. O descumprimento do dever de punir pelo ente público termina por solapar a solidariedade que cimenta a vida civilizada, lançando a sociedade no desamparo e na violência sem limites. •

redacao@cartacapital.com.br

**A coluna utilizou trechos do livro* A Escassez na Abundância Capitalista.

BAPTISTÃO

ESTADO POLICIAL

POR DECRETO, BOLSONARO PRETENDE CRIAR UMA REDE DE ESPIONAGEM POLÍTICA À IMAGEM E SEMELHANÇA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

por ACILINO RIBEIRO E JOSÉ DIRCEU*

Durante a ditadura, os militares instituíram nos ministérios as Divisões de Segurança e Informações, conhecidas pela sigla DSI. Nas empresas estatais, universidades, fundações e autarquias governamentais, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações, ASI. Eram verdadeiras polícias políticas, a desempenhar um papel muito semelhante ao que a Gestapo teve no regime nazista. Subordinadas aos respectivos ministros de Estado e aos presidentes de empresas e autarquias, essas polícias políticas eram todas chefiadas por coronéis do Exército ou militares de outras forças com patente equivalente. Elas estavam encarregadas de vasculhar a vida de todos os funcionários públicos e incluir as informações em suas fichas funcionais. Dela dependia a manutenção no cargo, a exoneração ou mesmo a prisão. Todas essas divisões e assessorias, ainda que subordinadas ao órgão imediato, faziam parte do Serviço Nacional de Informações, o temido SNI.

Os tentáculos do SNI espalharam-se por 249 órgãos federais, para espionar os cidadãos brasileiros. Em um levantamento feito pelo Arquivo Nacional, após a Constituição de 1988, os pesquisadores Pablo Franco e Vivien Ishaq descobriram mais ou menos 10% de tudo que foi produzido no período de existência do SNI e suas filhas. Nessa pequena amostra figuravam 308 mil prontuários de pessoas físicas, partidos políticos, movimentos sociais, igrejas e até mesmo clubes de futebol. Havia, ainda, 220 mil "microfichas de subversão" de cidadãos completamente alheios ao fato de que as suas vidas eram espionadas e 74 caixas-arquivos.

Se esse acervo representa apenas 10% da produção dessas polícias políticas, imagine tudo o que foi produzido e seus efeitos sobre os brasileiros vigiados. Os 90% restantes, vale ressaltar, foram incinerados pelos próprios militares, por temer uma revanche ou que esses papéis servissem de provas contra eles, tal como aconteceu com alguns criminosos de guerra, notadamente os oficiais da Alemanha nazista. Somente do Itamaraty o Arquivo Nacional recebeu, depois, 667 caixas com documentos contendo informações sobre a vida de exilados, de confraternizações familiares à vigilância diária de sua rotina no exterior. Da Universidade de Brasília os pesquisadores encontraram 56 caixas

DURANTE A DITADURA, O SNI MONITOROU CENTENAS DE MILHARES DE SERVIDORES PÚBLICOS, RELIGIOSOS, MILITANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E EXILADOS

CONFIDENCIAL ACE Nº 000287/79

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE FORTALEZA

INFORMAÇÃO Nº 162 /116/AFZ/79

DATA : 25 SET 1979
ASSUNTO : CHAPAS CONCORRENTES À UNE
REFERÊNCIA : PB Nº 144/19/AC/79, DE 11 SET 79
DIFUSÃO : AC/SNI

Ressalta, no entanto, a chapa "Maioria", que vai lutar pel. democracia por considerá-la de fato como a melhor forma de aperfeiçoar o exercício da liberdade, ao contrário daqueles que somente a defendem como -.io de chegar ao poder para, após, transformá-la em totalitarismo.

A chapa "Maioria", tem a seguinte composição:

Presidência: - MARCOS MARTINS PAULINO - USP/SP
Vice-Nacional: - CIRO FERREIRA GOMES - UFC/CE

Dentre os elementos desta área, acima citados, somente o estudante CIRO FERREIRA GOMES possui registros, quais sejam:

- Em SET 79, por ocasião de uma Assembléia de estudantes da UFC concitou os presentes a colocarem em debate apenas assuntos puramente estudantis, evitando abordagens de temas político-ideológicos.

- Em JUN 79, durante realização de uma greve de motoristas de transportes coletivos de FORTALEZA/CE, distribuiu panfletos concitando a população a apoiar o movimento grevista.

O Arquivo Nacional estima ter apenas 10% do material produzido pelo SNI. O restante foi destruído pelos militares

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO E ACERVO/ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

com as fichas de professores e alunos.

Além do SNI, que coletava e coordenava as informações gerais, havia outras bases de dados. A mais perigosa e temida era o Sistema de Segurança Interna, que coordenava e integrava as operações do DOI-Codi, órgão subordinado ao Exército e destinado à repressão dos opositores do regime.

O que Bolsonaro tenta criar agora é uma rede semelhante ao que descrevemos acima. Não bastassem as 27 representações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nos estados, existem ainda as divisões de inteligência das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, os P2 das Polícias Militares, as 27 divisões de inteligência da PF, as segundas seções das unidades militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica nos estados ou regiões do País. Ou seja, um Estado que foge da perspectiva de produção de conhecimento estratégico para se transformar em um Estado policial.

As atividades de inteligência devem ser secretas, mas não clandestinas, como o foram durante a ditadura e como agora quer Bolsonaro, com a assinatura do Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021, a instituir a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Falta pouco, muito pouco para que essa iniciativa se transforme em uma Polícia Nacional de Inteligência. Na verdade, falta só agir, pois o decreto lhe dá essa liberdade.

A Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública montará no País essa rede de espionagem interna, fugindo completamente dos objetivos de uma verdadeira Inteligência de Estado. Na prática está se constituindo uma agência repassadora de informações a um governo de feições fascistas. Não custa lembrar: a atividade de inteligência nunca foi de natureza policial, e sim de caráter civil, destinada à prospecção do conhecimento estratégico para a tomada de decisão, e não uma polícia política para vigilância de opositores.

O País precisa, sim, de uma Política Nacional de Inteligência, e dela devem nascer as demais estratégias e planos nacionais. Mas ela deve ser construída de forma democrática e participativa, sob controle da Comissão Mista de Atividade de Inteligência do Congresso Nacional ou, no mínimo, com amplos debates estabelecidos com o Parlamento e a sociedade. •

**Acilino Ribeiro é advogado, professor universitário, ex-subsecretário de Movimentos Sociais e Participação Popular do Distrito Federal e ex-secretário nacional do PSB. José Dirceu é advogado, ex-deputado federal, ex-ministro-chefe da Casa Civil e ex-presidente nacional do PT.*

O bloco do eu sozinho

JUDICIÁRIO Abandonado pelo próprio governo, André Mendonça vê sua nomeação para o STF virar fumaça a cada dia que passa

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Oficialmente indicado para o Supremo Tribunal Federal pelo presidente da República desde 13 de julho, o ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça André Mendonça vive desde então em uma espécie de limbo. Sua confirmação pelo Senado, tragada pelo redemoinho de ataques de Jair Bolsonaro aos ministros do STF, se desidrata dia a dia e Mendonça tem se dedicado nas últimas semanas a percorrer os gabinetes dos senadores em uma missão aparentemente inglória.

Além de não contar com o apoio direto do Planalto, Mendonça enfrenta a resistência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e de seu antecessor, Davi Alcolumbre, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, primeira instância responsável por referendar a nomeação. A reincidência dos ataques de Bolsonaro às instituições e à democracia no 7 de Setembro poderá fazer com que a candidatura de Mendonça suba de vez no telhado. "A má vontade com o nome dele aumentou. Todas as últimas falas do presidente, suas últimas atitudes, o conteúdo dos discursos que ele fez nos atos do feriado... Tudo isso criou ainda mais dificuldades para o André Mendonça no Senado", diz um senador da oposição.

As dificuldades políticas não parecem, porém, minar a obstinação de Mendonça. Nascido em Santos, no litoral paulista, e servidor de carreira da Advocacia-Geral da União, ele sempre teve perfil conservador e, após ter servido em diversos governos, parece ter encontrado seu "verdadeiro eu" no governo Bolsonaro. Levado à chefia da AGU na esteira da ascensão da agenda anticorrupção de Sergio Moro, ele viu seu nome crescer em importância junto ao presidente e acabou nomeado para substituir o ex-juiz quando este deixou o Ministério da Justiça. Desde então, Mendonça passou a ser lembrado para ocupar uma vaga no STF.

O ex-ministro da Justiça e ex-AGU perambula solitário pelos gabinetes de senadores, em busca de apoio

EVARISTO SÁ/AFP E MARCELO CAMARGO/ABR

Quando Bolsonaro expressou o objetivo de nomear um ministro "terrivelmente evangélico" para o Supremo, Mendonça, que é pastor presbiteriano formado pela Faculdade Teológica Sul-Americana, viu suas chances crescerem. Desde então, trabalha incansavelmente pela vaga. "Na ausência de quadros que caracterizam este governo, ele se fortaleceu como ator jurídico e ocupou o vácuo absoluto deixado pela saída do Moro", observa um servidor da AGU.

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
Entrevista. O delegado Alexandre Saraiva relata as retaliações que sofreu por investigar Ricardo Salles

Oportunidade. Quando Bolsonaro anunciou a intenção de nomear um ministro "terrivelmente evangélico", Mendonça arregaçou as mangas

Ao chegar à chefia do órgão, Mendonça, acrescenta a fonte, passou a cavar agendas conservadoras para se cacifar à vaga no STF: "Ele quis reabrir, por exemplo, a discussão sobre o fim da criminalização da homofobia. Quis construir uma agenda de costumes para agradar à base bolsonarista", diz. O servidor cita também outros episódios, como a ação da AGU no STF contra as medidas sanitárias tomadas pelos governos estaduais e o apoio aos ata-

ques promovidos por setores do agronegócio contra o Ibama e o ICMbio: "Mendonça foi condescendente com o agro e ajudou Ricardo Salles a passar a boiada contra a Procuradoria federal".

Um advogado da AGU, que prefere não ser identificado e diz "conhecer o André da lida diária", define Mendonça como uma pessoa complexa. "Tem o lado privado e o lado público. No aspecto privado, é uma pessoa afável, educada, cordata e solidária. Mas o homem público traz muita preocupação", diz. Embora reconheça que o ex-colega tem "uma trajetória sólida e muito respeitada" e que "construiu carreira acadêmica fora do País", ele lamenta que Mendonça seja uma síntese do governo Bolsonaro. "É uma combinação da agenda contra a corrupção de Moro, da agenda religiosa dos pastores evangélicos e dos valores e costumes dos seguidores de Olavo de Carvalho."

No atual momento de esgarçamento das relações de Bolsonaro com a sociedade, o perfil de Mendonça e sua lealdade ao chefe mais atrapalham que ajudam no trato com o Parlamento. "Sua passagem pelo governo foi muito ruim. Ele foi um fiel cumpridor das ordens, muitas delas ilegais, do Bolsonaro. Na AGU, todas as ações que Mendonça tocou para a frente – e que eram do interesse de Bolsonaro – tinham componentes autoritários e ilegais. Muitas delas, inclusive, foram derrubadas pelo próprio STF", diz um senador.

As críticas de advogados e parlamentares estendem-se à breve passagem de Mendonça pelo Ministério da Justiça, onde se notabilizou por perseguir inimigos do governo e organizar um dossiê contra 500 agentes federais e estaduais de segurança classificados como antifascistas. "Como ministro, foi o que mais uti-

Em banho-maria. Rodrigo Pacheco e David Alcolumbre não movem uma palha pelo "candidato" ao Supremo

REDES SOCIAIS, PEDRO FRANÇA/AG. SENADO E MARCOS BRANDÃO/AG. SENADO

lizou a Lei de Segurança Nacional para tentar calar a voz dos críticos ao governo e ao presidente. Vários foram os casos em que ele atuou para enquadrar jornalistas, professores e militantes de movimentos sociais", diz esse mesmo senador. Na sua avaliação, Mendonça como ministro foi "extremamente autoritário e servil" a Bolsonaro: "Só isso justificaria que ele não fosse para o STF."

O colega da AGU diz que a atuação de Mendonça no Ministério também foi toda pensada para pavimentar o caminho até o Supremo. Ele cita o exemplo do pedido de concessão de *habeas corpus* ao então ministro da Educação, Abraham Weintraub, que teve sua audiência determinada pelo ministro Alexandre de Moraes no inquérito das *fake news*. "O André fez a defesa do Weintraub só para se consolidar com os olavistas. O tempo todo fez campanha para se dedicar a esses grupos cristãos e conservadores. Aparecendo a possibilidade, nunca perdeu a oportunidade de agradar."

Pequi roído. Como ministro da Justiça, Mendonça assumiu o papel de advogado pessoal do presidente da República

Mendonça usou a Lei de Segurança Nacional para perseguir críticos do governo

Para minimizar a associação a Bolsonaro neste momento em que o presidente apresenta seus piores índices de aceitação e popularidade, Mendonça tem percorrido os gabinetes do Senado para longas conversas individuais. Conquistou algumas vitórias, como a declaração de apoio da bancada do PSD, mas ainda não furou o cerco. A revelação, feita na semana passada, de que o então AGU teria ido ao encontro de procuradores da Lava Jato não contribuiu para amolecer corações. Segundo a ata da reunião em Curitiba, Mendonça teria se comprometido a defender, junto ao STF, a proposta de retirar da Justiça Eleitoral a competência para julgar casos de corrupção e lavagem de dinheiro associados a crimes eleitorais.

"Ele, por conta própria, foi atrás da reunião com os procuradores da Lava Jato para fechar apoio. E cumpriu o que podia. É um lavajatista orgânico, embora assuma uma posição garantista junto aos senadores", diz o ex-colega da AGU. O advogado arrisca uma profecia: "Se for mesmo nomeado para o Supremo, em algum momento o André vai querer impor a agenda lavajatista, inclusive mudando a jurisprudência da Segunda Turma do STF. Isso irá se contrapor aos interesses de Bolsonaro".

Em nota, Mendonça afirmou que a reunião com a força-tarefa da Lava Jato foi "pública e marcada institucionalmente para resolver questões relacionadas à destinação de valores e ao encontro de contas entre os acordos de leniência celebrados pela AGU com a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal". Aos jornalistas, acrescentou que nunca tratou da questão com os ministros do STF e queixou-se, sem especificar de quem falava, que "alguns buscam criar versões sobre minhas agendas".

Justificativas à parte, o passado lavajatista de Mendonça incomoda senadores da base do governo. Alguns manifestaram suas preocupações a Bolsonaro, o que pode explicar o atual estranhamento entre o ex-AGU e o clã presidencial. Entre os resistentes, segundo relatos, estaria o próprio filho Zero Um, o senador Flávio Bolsonaro, que algumas vezes teria externado ao pai o temor de que Mendonça, uma vez confirmado no Supremo, possa contrariar a família em investigações criminais que venham a ser analisadas pelo Tribunal. O temor de Flávio é que isso aconteça, sobretudo, após o ex-capitão deixar a Presidência.

"A sensação no Senado é de que Bolsonaro enviou a nomeação de Mendonça por enviar. O Flávio não se mobiliza. Deixaram o André Mendonça na chuva", diz um integrante da CCJ próximo ao governo. Ele vai além: "Não acredito na lealdade do Mendonça com os Bolsonaro. Sua tendência é retomar a agenda punitivista".

A maior preocupação dos senadores da

base diz respeito a possíveis maiorias que o ex-AGU possa formar nos colegiados internos: "A Segunda Turma do STF, para onde vai o substituto do ex-ministro Marco Aurélio, ameaça demais o 'Centrão'. O temor é porque Mendonça teria uma tendência natural a se aliar com o ministro Édson Fachin".

Nesse sentido, o diálogo de Mendonça é difícil também com os senadores da esquerda e os do PT em particular. Em suas visitas aos parlamentares petistas, ele tem se comprometido a não buscar mudanças em leis relativas aos direitos humanos, como aborto e casamento, entre outras. Com senadores de todas as legendas, comprometeu-se a não ressuscitar o tema da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

A um senador petista, Mendonça disse que "não há como negar que será sempre grato a Bolsonaro pela oportunidade" de chegar ao STF, mas que isso não vai interferir nas suas decisões. Por outro lado, teria sido escorregadio em algumas respostas: "Questionado sobre a temática do aborto legal, ele disse que não vai se colocar contra a continuidade dessa legislação, mas também não quis aprofundar o debate do aborto como direito".

> Bolsonaristas temem que Mendonça seja para Bolsonaro o que Toffoli e Fachin foram para Lula

Os petistas que não se iludam, aconselha o advogado que trabalhou ao lado de Mendonça. "Além da dedicação à agenda anticorrupção de Moro, ele costuma procurar a criminalização do inimigo", diz. O ex-colega da AGU diz que Mendonça defende uma "agenda sistemática contra o PT" e algumas de suas bandeiras históricas. "No Supremo, será contra a defesa das estatais, os direitos trabalhistas e das minorias e a defesa do meio ambiente. Vai perseguir o PT como puder, inclusive eleitoralmente."

Nos corredores do próprio STF, o apoio de Bolsonaro a Mendonça, sobretudo após a criticada *performance* presidencial no 7 de Setembro, tem sabor de beijo da morte. "Os ministros do Supremo estão unidos para dar uma resposta a Bolsonaro. Todos, menos Kassio Nunes Marques. Você acha que os ministros vão querer outra cobra lá dentro?", resume um assessor. Se acontecer, o sepultamento do nome de Mendonça terá também o aval do Supremo, garante a fonte, lembrando que somente uma vez na história do Brasil uma indicação ao STF foi recusada: "Isso aconteceu no governo de Floriano Peixoto. Não é uma coisa normal, mas o governo Bolsonaro é uma situação anormal. Rompeu todos os parâmetros".

Entre uma oração para Deus e uma vela para o cão, Mendonça segue em expectativa quanto à fixação da data de sua sabatina. De acordo com um mapa de votos elaborado por um senador da base, mesmo que aprovada na CCJ, a indicação do ex-AGU ainda não conta com o apoio dos 41 senadores necessários à sua aprovação. "Talvez seja melhor nem ir à votação em plenário agora", diz.

Segundo um experiente senador, "hoje o André é, evidentemente, um candidato solitário". Um sinal disso é vê-lo abordar os parlamentares praticamente sozinho. "Geralmente, quando o presidente lança um nome para o Supremo, faz uma grande mobilização com os líderes do governo e dos partidos da base, para conseguir o máximo de apoio possível. Faz um verdadeiro périplo. A gente até agora não viu isso em nenhum momento." •

Espelho. Lavajatista, Mendonça tem tudo para repetir os passos da dupla ao lado, nomeada nas gestões petistas

MARCELO CAMARGO/ABR

MANUELA D'ÁVILA

Daltonismo racial

▶ O combate à brutal desigualdade existente no Brasil implica, necessariamente, reconhecer e enfrentar as disparidades raciais e de gênero

Os dados divulgados pelo *Atlas da Violência 2021* confirmam que a desigualdade econômica é atravessada pelas questões raciais e de gênero. Um homem negro tem 2,6 vezes mais risco de ser assassinado no Brasil do que uma pessoa branca. Em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres pretas ou pardas era 49% maior que a de mulheres brancas, indígenas ou amarelas. Onze anos depois, passou a ser 66% superior.

Como a antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) bem observou, "enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial". Difícil, para dizer o mínimo. Só é possível consolidar um projeto de desenvolvimento nacional se ele colocar no centro o enfrentamento ao racismo e ao machismo estruturais e compreender suas exatas dimensões na construção da desigualdade.

Mais de 1 milhão de brasileiros cozinham com lenha, em vez de usarem o gás de cozinha. Neste país, 40 mil mulheres, quase todas negras, enterram seus filhos por ano. Temos ainda entre 30 milhões e 35 milhões de pessoas em situação precária de trabalho, incluindo aí desempregados e pessoas com subemprego ou condições de trabalho abaixo do desejado. Mulheres negras recebem ao redor de 57% do salário médio dos homens brancos, ainda que elas ocupem o mesmo posto de trabalho.

Da mesma forma, das ações de rua até a prisão, um conjunto de mecanismos seletivos concorre para fazer dos cárceres territórios predominantemente ocupados por homens negros. Compreender e enfrentar os meandros do encarceramento no Brasil é fundamental para que instrumentos de combate ao daltonismo racial – expressão cunhada por Michelle Alexander no livro *A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa* (Boitempo, 2017) – sejam desenvolvidos e aplicados na prática, buscando diminuir a porta de entrada do cárcere para negros e alargar a porta da universidade e do mercado de trabalho.

É preciso conferir dignidade a uma parcela da sociedade que historicamente foi empurrada para os abismos do preconceito e da indiferença. É possível que falemos em encarceramento em massa como política racista, pautada em uma cultura escravocrata que apenas modificou a forma e o lugar do aprisionamento racial, legitimada pelo Estado e colocada em prática por agentes estatais acostumados a espancamentos e violações graves aos direitos humanos, quase nunca combatidas por esse mesmo Poder Público, que as autoriza cotidianamente com as suas negligências e concessões.

A realidade concreta nos indica, portanto, que tachar as lutas antirracista e antimachista de identitárias é um erro crasso, uma simplificação vulgar daqueles que, equivocadamente, parecem acreditar ser possível derrotar Bolsonaro sem enfrentar o bolsonarismo. Ou seja, o conjunto de ideias que levaram o ex-capitão ao governo e que podem perfeitamente prescindir dele ou de sua liderança para se manter vivo. Não foi Bolsonaro quem criou o racismo, ele apenas faz uso de algo que setores da esquerda ainda dissimulam não existir.

No próximo período, teremos dois imensos desafios: o primeiro, garantir a democracia e uma ampla frente em defesa da democracia. O segundo, concomitante, é garantir que pessoas progressistas, as mulheres e os homens de esquerda, debatam com a população e garantam a construção de um programa eleitoral baseado em um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, com os pés firmes não apenas na ideia de que o Brasil pode ser um grande país, mas na certeza de que não é possível que seja grande se não enfrentarmos a desigualdade brasileira como ela é: racista e machista. •

contato@manuela.org.br

BAPTISTÃO

De mãos atadas

ENTREVISTA O delegado Alexandre Saraiva, afastado por investigar Salles, denuncia interferência política na PF

A ANA FLÁVIA GUSSEN

"Vivemos o momento mais tenebroso da Polícia Federal." O diagnóstico é do delegado Alexandre Saraiva, afastado da superintendência da PF do Amazonas em abril de 2021, após dez anos de serviço. O motivo? Ele solicitou ao Supremo Tribunal Federal a abertura de um inquérito contra o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, por obstrução de investigação, advocacia administrativa e organização criminosa. Em entrevista a *CartaCapital*, ele conta os bastidores das operações Handroanthus e Akuanduba e mostra como o governo Bolsonaro tem atuado para inviabilizar a fiscalização e as investigações de crimes ambientais. Doutor em Ciências Ambientais com 18 anos de experiência na PF, Saraiva agora atua em Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, e acompanha a distância a atuação do novo ministro, Joaquim Leite. "Ele é um fantoche."

CartaCapital: Como surgiu a investigação que causou a queda de Salles?

Alexandre Saraiva: Agentes da PF do Amazonas detectaram uma movimentação atípica de embarcações nos rios Madeira e Mamuru. Em 15 de novembro de 2020, chegou uma equipe da aviação da PF para transportar policiais para o sul do estado, em apoio à segurança nas eleições. Pedi ao comandante para levar mais um policial e, na volta, sobrevoar os rios e tentar confirmar as informações de satélites. As fotos eram incontestáveis. A equipe alcançou uma das balsas três dias depois, houve flagrante – era uma balsa com madeira retirada do Pará, mas teve de passar pelo Amazonas. O comandante foi preso e começamos a puxar o fio. Foi um efeito dominó gigante. Em janeiro, instaurei inquérito para apurar aquilo. Eram mais de 100 mil metros cúbicos de madeira apreendida, batendo todos os recordes.

O ex-ministro é investigado por obstrução de investigação e advocacia administrativa

CC: Em que ponto Salles soube da investigação e passou a interferir?

AS: Fizemos uma reunião com o Conselho da Amazônia. O vice-presidente Hamilton Mourão estava presente, o diretor da PF na época também. Ficou combinado que o Exército faria a retirada da madeira da área. O volume era tão grande que só os militares tinham capacidade operacional e logística para retirar de lá. Com o passar do tempo, essa vontade institucional do Exército de participar da operação foi decaindo, não consegui entender o motivo. Havia forças agindo politicamente para desacreditar a operação e os militares anteciparam a saída da operação. Em uma reunião com Comando Militar do Norte, me disseram que levaria 20 anos para tirar a madeira, mas os criminosos fazem isso em dois meses. Salles foi lá, olhou duas toras de um universo de 70 mil, e deu entrevista atacando a operação. Isso nos surpreendeu, pois ele havia sido informado do conteúdo dos laudos.

Uma semana depois, Salles voltou lá, se reuniu com uma parte dos investigados no Hotel Açay, em Santarém, e passou a fazer a defesa descarada dessa organização criminosa. Dessa reunião ele pegou caixas com documentos, alardeou que comprovava a legalidade da madeira e que em uma semana estaria resolvido. Os documentos chegaram por barco e tinha muita coisa

Saraiva estava há dez anos na Superintendência da PF no Amazonas. Foi removido para Volta Redonda, no interior do Rio

repetida, isso é prática para ludibriar a polícia. Foi aí que descobrimos que a madeira veio de um esquema de terras griladas.

CC: Quais empresários estavam por trás?

AS: São criminosos roubando o patrimônio público. O preço da madeira aumentou muito após o colapso na produção do Sudeste Asiático. Eles "adquiriram" a terra e tinham contrato de quitação de serviços com várias exportadoras. Essas empresas ficam com 70% do lucro, deixam 30% pra eles. E toda madeira vai para o exterior. Estamos falando de madeira que leva de 200 a 1,4 mil anos para crescer. Não é um recurso tão renovável assim.

CC: Como se deu o seu afastamento da chefia da PF no Amazonas?

AS: Foram duas coisas. Primeiro, estava mudando o diretor-geral da PF. Quando isso ocorre, é natural que alguns superintendentes mudem. Mas não é comum mudarem os mais antigos. No caso, eu era o mais antigo, estava há dez anos no posto. Antes, existia uma política velada na PF: mesmo alguém pedindo para sair de um posto, se tivesse qualquer tentativa de interferência política por fora, essa pessoa não era trocada, para sinalizar que não havia possibilidade de intervenção. Parece que isso mudou, e minha substituição foi inoportuna. Logo depois, o delegado que estava conduzindo a Operação Akuanduba *(sobre a exportação de madeira ilegal)* também foi trocado.

> "Salles se reuniu com os investigados em um hotel de Santarém e passou a fazer uma defesa descarada da organização criminosa"

CC: O presidente do Ibama, Eduardo Bim, chegou a ser afastado. Ele também é investigado, mas voltou para o instituto este mês.

AS: O Ibama é o órgão mais importante para o meio ambiente do País. Tradi-

DPF/AM E REDES SOCIAIS

cionalmente, as operações da PF eram em parceria com o Ibama, mas nesses dois anos a atuação conjunta foi minguando, chegando ao ponto de servidores do Ibama apontarem erros em laudos da PF. Subverteram a lógica do Ibama. Eduardo Bim foi alvo das duas operações. Ele chegou a reclamar com o diretor-geral da PF que estávamos fiscalizando no Porto de Manaus. O diretor ainda me ligou de forma ríspida, a pressão política não é de hoje.

CC: Como o senhor avalia a gestão de Joaquim Leite?

AS: Para mim, ele está ali como fantoche. Não mudou nada. A maior prova disso é que cortaram, desde março, o nosso acesso ao mais importante sistema de todos, o Sistema de Documentos de Origem Florestal (Sisdof). É a mesma coisa que você deixar a PM sem acesso ao sistema do Detran para checar se um carro é roubado ou não. Dificultou demais a apreensão e a investigação contra a extração de madeira. Foi uma medida brutal.

CC: E como os agentes estão trabalhando?

AS: Estão usando informações antigas, não atualizadas, para ao menos ter uma base. Precisa pedir, caso a caso, para o Ibama passar alguma informação. Perde-se um tempo valioso, porque a madeira ilegal está em trânsito. Vale também lembrar que a madeira ilegal é "esquentada", porque a autoridade não pega, uma vez que são toras passando debaixo do nariz de todo mundo. A maior parte sai do Porto de Paranaguá.

> "Podemos dar ao Brasil qualquer outro nome, menos República. É um erro conceitual. Aqui, temos uma oligarquia de criminosos"

CC: O MPF aponta um grave aumento de crimes como grilagem e extração ilegal de madeira, principalmente nos estados amazônicos, com destaque para o Pará.

AS: Tudo isso é viabilizado porque os Documentos de Origem Florestal (DOFs) são adulterados. Interceptamos, inclusive, diversas conversas de criminosos, assim: "Madeira eu consigo, madeira a gente tem, o que precisamos é de DOF". E olha que coisa curiosa: nem o Pará nem o Mato Grosso, estados que concentram 50% do desmatamento em todo o País, estão registrados no Sisdof, devido a uma liminar judicial. No Pará, nem sequer existe analista ambiental de carreira. É uma terra sem lei.

CC: O Pará seria um resumo da ausência do Estado no País?

AS: A maior ilusão que nós, brasileiros, temos é que somos uma República. Podemos dar ao Brasil qualquer outro nome, menos República. É um erro conceitual. Aqui, temos uma oligarquia de criminosos.

CC: Hoje, existe uma interferência política maior na PF?

AS: Vou falar de forma geral, mas hoje vivemos o momento mais tenebroso na Polícia Federal. E olha que estou há 18 anos na corporação. Além das trocas de delegados (Saraiva e Franco Perazoni), o chefe da divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Meio Ambiente, Rubens Lopes, que atuava na Akuanduba, também caiu. Para ter uma noção, o diretor-geral (Paulo Maiurino) mandou tirá-lo. O coordenador não topou, daí eles mudaram a divisão inteira, toda a coordenação, até entrar um novo chefe que topou tirá-lo. Mandaram ele para uma missão em Curitiba e até hoje não publicaram sua remoção. Impuseram, inclusive, um sigilo de cem anos sobre os motivos que os levaram a não promover o delegado Perazoni da Akuanduba.

CC: A propósito, como o senhor avalia o envolvimento de policiais e militares nos atos de 7 de Setembro?

AS: A democracia é um valor inegociável. Quem tem a lei como parâmetro não participa de nenhum tipo de ação que insinue qualquer ameaça à democracia. Não contem comigo para isso.

O novo ministro, Joaquim Leite, "está ali como fantoche", avalia o delegado Saraiva

MMA

As empresas teriam legalizado 4,3 toneladas de ouro

LILO CLARETO/AMAZÔNIA REAL

Esquema de Midas

GARIMPO O Ministério Público foca em três corretoras de valores acusadas de "esquentar" o ouro contrabandeado de terras indígenas

É óbvia a constatação de que os maiores beneficiários do tráfico de drogas não habitam os morros cariocas, antes vivem em mansardas e coberturas à beira-mar. O mesmo vale para quem de fato lucra com o desmatamento, o garimpo ilegal e outros crimes cometidos na Amazônia. Após anos no combate aos "soldados", o Ministério Público decidiu obedecer à máxima de "seguir o dinheiro", focou nos generais e acabou por esbarrar em três instituições financeiras sediadas em São Paulo, a quilômetros de distância da floresta, acusadas de transformar em transação legal o contrabando de ouro. Juntas, as corretoras de valores teriam legalizado o equivalente a 4,3 toneladas de ouro, cuja extração produziu um prejuízo social e ambiental calculado em 10,6 bilhões de reais em apenas três cidades do sudoeste do Pará, Jacareacanga, Novo Progresso e Itaituba. Os procuradores investigam os crimes de invasão e destruição das terras indígenas Munduruku e Kayapó, além da contaminação sistemática da Bacia do Rio Tapajós. Em apenas um ano, uma das empresas investigadas faturou 500 milhões de reais.

Um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais permitiu ao Ministério Público determinar o papel no esquema das Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, ao cruzar dados públicos sobre a produção mineral, entre elas as informações prestadas pelas empresas no pagamento da Contribuição Financeira por Exploração Mineral, os registros de Permissões de Lavras Garimpeiras da Agência Nacional de Mineração e as imagens do monitoramento da Floresta Amazônica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Basicamente, os locais autorizados de lavra que constam dos documentos apresentados pelas

corretoras permanecem intactos. "Basta olhar as imagens e ver que os locais de onde elas disseram ter extraído o ouro não têm sequer uma lavra, é mata fechada. Na verdade, o ouro saiu de lugares proibidos, como terras indígenas e unidades de conservação", explica Raoni Rajão, um dos coordenadores do estudo *Legalidade da Produção de Ouro no Brasil* e professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG. Segundo o trabalho, das 30 toneladas de produção de ouro no Pará entre 2019 e 2020, quase 17 toneladas (58,4%) foram extraídas com falsa indicação de origem. As três instituições, autorizadas pelo Banco Central e alvo do Ministério Público, destacaram-se na cadeia de "esquentamento" do minério. "(*Trata-se de uma*) prática sistemática e generalizada do esquema criminoso denominado 'esquentamento', no qual a produção aurífera de garimpos ilegais ingressa no mercado regular mediante a falsa indicação do local de origem do minério, que acaba circulando livremente até a exportação", anotam os procuradores em uma das ações.

Velha conhecida dos povos indígenas, da Polícia Federal e do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, a DTVM FD'Gold, de Dirceu Frederico Sobrinho, teria vendido 1,3 tonelada de ouro ilegal em um ano, operação que lhe rendeu quase 500 milhões de reais. Para cada quilo de ouro extraído, são desmatados 7 hectares. Sobrinho preside a Associação Nacional do Ouro, representante de várias instituições financeiras, o que fez dele um dos mais renomados lobistas do setor. De acordo com uma fonte que atua na investigação, o corretor é um dos principais elos da "cadeia da ilegalidade do ouro a operar na Região Amazônica".

Sobrinho encontrou-se com Mourão oficialmente em três ocasiões: em julho de 2019, julho de 2020 e janeiro deste ano. Também frequentou o gabinete do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, de Onyx Lorenzoni e do general Augusto Heleno. Segundo fontes, um tema constante desses encontros é a tramitação do Projeto de Lei 191, enviado por Bolsonaro ao Congresso e que libera a agropecuária, o garimpo e outras atividades em terras indígenas.

O garimpo ilegal despeja por ano 7 milhões de toneladas de dejetos no Rio Tapajós

A ficha corrida de Sobrinho, que tem entre seus negócios a mineradora Ouro Roxo, com autorização de garimpo em Itaituba, chama atenção, mas nunca foi empecilho para as suas relações em Brasília. O empresário responde a duas ações por receptação de ouro ilegal, lavagem de dinheiro e por crimes ambientais no Rio Tapajós. Em 2018, o garimpeiro foi o principal alvo da Operação "Levigação". À época, Sobrinho ocupava a suplência do senador Flexa Ribeiro e teria sido indicado à chapa em troca de apoio financeiro à campanha do tucano paraense. Na documentação enviada ao Tribunal Regional Eleitoral, declarou um patrimônio de 20 milhões de reais. "Ele enriqueceu ilicitamente à custa da sociedade e do patrimônio público transacionando bens cuja lavra não foi autorizada", registra o Ministério Público, que deu à causa o valor de 3,2 bilhões de reais. Em nota, a FD'Gold declarou desconhecer "o teor da ação e o objeto do processo" e que "a resposta será fornecida dentro dos prazos e no fórum devido".

Outra corretora investigada é a DTVM Carol, que atua no ramo há três décadas. De acordo com o mapeamento da UFMG e as investigações dos procuradores, entre 2019 e 2020, a instituição deu ares de legalidade a 1,9 tonelada de

O lobista Dirceu Sobrinho encontrou-se com o vice Mourão ao menos três vezes

SÉRGIO LIMA/AFP E ROMÉRIO CUNHA/VPR

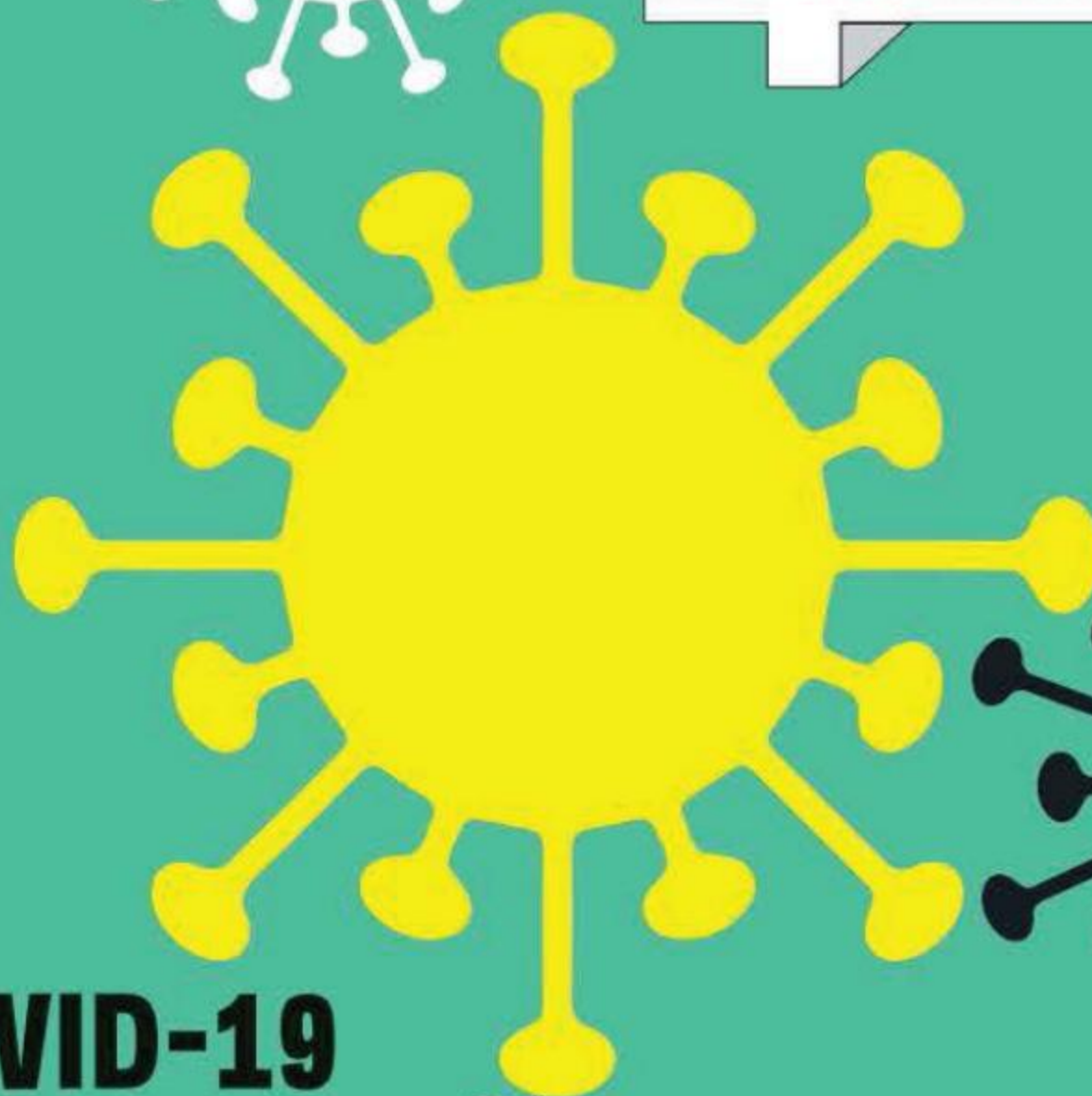
Os indígenas sofrem com a contaminação das águas pelo garimpo ilegal

ouro contrabandeada da Amazônia, o que pressupõe o desmatamento de 13 mil hectares de floresta, além de um faturamento da ordem de 580 milhões de reais, de acordo com o Ministério Público. A causa toda, estimados os prejuízos socioambientais e os lucros da empresa, alcançam a impressionante marca de 4,9 bilhões de reais. A empresa igualmente tem um passado, digamos, questionável, e foi alvo da Operação Dilema de Midas, além de responder pelo comércio ilegal de mercúrio, substância altamente tóxica usada nas atividades do garimpo. A primeira etapa da operação foi deflagrada em 2018 e a segunda em 2019. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da empresa em São Paulo e, segundo a Polícia Federal, a instituição teria comprado mais de 16 milhões de reais em ouro clandestino extraído da Bacia do Rio Tapajós por meio de documentos ilegais.

A DTVM OuroMinas declarou ter comprado 1.080 quilos de 127 áreas permitidas. O lucro somaria 326 milhões de reais. Assim como as outras corretoras, a OuroMinas foi alvo da operação Dilema de Midas, que se desdobrou em duas ações civis públicas, e da Operação Minamata, Warari Koxi, na qual se tornou ré na ação penal, sem falar na investigação por comércio ilegal de mercúrio.

O impacto ambiental promovido pelo garimpo ilegal atinge a Bacia do Rio Tapajós, onde são lançadas 7 milhões de toneladas de sedimentos por ano. Os danos sociais e ambientais só na Terra Indígena Munduruku em um ano ultrapassam o montante de 1 bilhão de reais, segundo a estimativa da Calculadora do Garimpo, desenvolvida pela CSF em parceria com o Ministério Público. Além disso, cada quilo de ouro utiliza, em média, 2,6 quilos de mercúrio, dos quais 13% são despejados nos rios. Pelo fato de os indígenas viverem basicamente do que as águas e as terras oferecem, a contaminação deles é alarmante. A WWF, em parceria com a Fiocruz, estima que 15% das crianças indígenas Munduruku enfrentem problemas de desenvolvimento neurológico, devido à contaminação. Ao tratar do problema, o Ministério da Saúde teve, no entanto, a audácia de recomendar "reeducação alimentar" e "evitar comer peixe" aos indígenas. *CartaCapital* não conseguiu contato com a DTVM Carol e a OuroMinas. Por meio de nota, o Banco Central disse não comentar situações de instituições específicas. •

– Por Ana Flávia Gussen

Diálogos Capitais
Webinar_Especial
Saúde

COVID-19
AS LIÇÕES DA TRAGÉDIA

ESPECIALISTAS APONTAM OS ERROS E (POUCOS) ACERTOS NO COMBATE AO CORONAVÍRUS, APRESENTAM PROPOSTAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VARIANTE DELTA E DISCUTEM O PAPEL DO BRASIL NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

POR FABÍOLA MENDONÇA

O VÍRUS IGNORA AS FRONTEIRAS

COVID-19 Sem uma política de saúde em escala planetária, é impossível deter o avanço de novas cepas, como a Delta

Um ano e meio de pandemia do Coronavírus, quase 600 mil mortos e 21 milhões de infectados. Esse é o saldo de um Brasil desgovernado, cujo presidente negou a gravidade da doença desde o primeiro momento. As vacinas atrasaram por meses por conta do negacionismo de Jair Bolsonaro e pelo fraudulento processo de compra dos imunizantes, exposto na CPI da Covid. Não fosse a omissão do Poder Público, grande parte das mortes teria sido evitada e todos os brasileiros poderiam estar vacinados. Hoje, o Brasil tem cerca de 30% da sua população totalmente imunizada e em torno de 60% que recebeu apenas a primeira dose, um porcentual muito aquém do desejável para se alcançar a chamada imunidade de rebanho, o equivalente a 80% da população com as duas doses aplicadas.

A pandemia escancarou, ainda, um mal secular no Brasil: a desigualdade social. A maioria das vítimas da doença tem origem na classe trabalhadora, que nem sempre pôde fazer o isolamento social desejável e foi obrigada a trabalhar e a se arriscar no transporte público. O diagnóstico foi confirmado em um ciclo de debates promovido por *CartaCapital* em agosto, com transmissão ao vivo pela página da revista no YouTube. Com patrocínio da ACT Promoção da Saúde e apoio da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), a série "Diálogos Capitais: Webinar Saúde" foi mediada pela editora-executiva do *site* de *CartaCapital*, Thais Reis Oliveira, que conversou com 15 especialistas em cinco seminários semanais sobre temas ligados ao Coronavírus e os impactos da doença no Brasil e na vida dos brasileiros.

"Ter ou não ter a doença, morrer ou não em decorrência, tudo isso tem relação com o contexto social. Morreram, sobretudo, as pessoas que não podiam fazer isolamento social. Elas se contaminavam pelas condições de moradia, pelos cuidados intradomiciliares ou pelo transporte público", lamenta Paulo Saldiva, professor do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. Logo no início da pandemia, Saldiva coordenou uma pesquisa com vítimas da Covid-19, cujo objetivo era entender o agente causador das mortes. Ao buscar autorização dos familiares para fazer a necropsia, o pesquisador constatou o grau de dificuldade econômica dessas pessoas. "A pandemia reproduziu de forma sistêmica a desigualdade."

> "A Delta saiu da Índia e chegou em 80 países em três semanas", observa Saldiva

Para Alexandre Marinho, doutor em Economia pela FGV e técnico de Planejamento em Pesquisa do Ipea, a desigualdade aprofundou-se com a debilidade do Estado brasileiro em dar respostas à pandemia. Ele ressalta que, do ponto de vista sanitário, o Brasil divide-se em dois e, ainda que o País tivesse estrutura para garantir assistência a toda a população, as condições prévias de vida das pessoas mais carentes teriam influenciado no resultado. "Os mais pobres, mais desassistidos, têm um histórico de saúde pior, o que leva a crer que teriam um desfecho também pior em relação à Covid."

O vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva do Núcleo de Biomédica Aplicada da UFRJ, Reinaldo Guimarães, acrescentou mais um dado que potencializa a dificuldade dos mais pobres em resistirem ao Coronavírus: o elemento político-conjuntural e a desestruturação do SUS. "O governo federal aliou-se ao vírus", destacou, reconhecendo, no entanto, que a pandemia lançou luz sobre o Sistema Único de Saúde, levando a popu-

lação a enxergar o SUS de forma positiva.

"Se não tivesse o SUS, o caos estaria instalado", acrescentou Paulo Saldiva. O modelo de universalização de acesso à saúde proporcionado pelo SUS é apontado como um elemento civilizatório por Alexandre Marinho. "Saúde anda juntamente com democracia. Sem o SUS, não sei se o Brasil seria uma sociedade civilizada", ressalta, chamando atenção para o risco de o setor privado querer lucrar com o sistema a partir de parcerias público-privadas.

Mesmo passados quase dois anos de disseminação da Covid-19 em escala

MICHAEL DANTAS/AFP, ABRASCO, HÉLIO MONTFERRE/IPEA E USP

Democrático? O coronavírus foi impiedoso com os mais pobres, sem condições de ficar em isolamento, lamentam Paulo Saldiva, Alexandre Marinho e Reinaldo Guimarães

Fujam das *fake news*. As vacinas são seguras e representam a saída da crise, avaliam Paulo Buss, Anderson Britto e Rosana Richtman

global, muitos questionamentos continuam sem resposta, ainda que a ciência tenha avançado a passos largos em relação à doença. Mas de uma coisa os estudiosos não têm dúvida: os efeitos da pandemia vão perdurar por longos anos. E, principalmente, se não houver mudanças na reprodução das relações sociais e no trato com o meio ambiente. Reinaldo Guimarães deu o exemplo do surto da febre amarela em áreas urbanas, em 2018, uma doença característica de regiões silvestres que migrou para a cidade, devido a problemas ambientais. Situações semelhantes podem ocorrer em relação ao Coronavírus, sobretudo se considerarmos as mutações do agente viral.

Outro motivo citado pelo pesquisador que pode retardar o combate à Covid-19 é a ganância das grandes corporações em lucrar cada vez mais. Ele cita as indústrias biofarmacêuticas e de tecnologia da informação como os dois setores com mais dividendos no período da pandemia.

Saldiva reforça a observação e lembra que a única maneira eficaz de enfrentar a doença é a partir de uma política de saúde em escala planetária e da empatia entre as nações. "É preciso uma visão coletiva e gerência global, além de generosidade. Temos de ser generosos não por altruísmo, mas por egoísmo próprio", comenta. O pesquisador refere-se à falta de equidade em relação à vacinação, e diz que não adianta um país vacinar toda a sua população se a pandemia continuar em regiões com dificuldades em adquirir o imunizante. Em alguns países da Europa e nos EUA, por exemplo, sobram vacinas, enquanto em nações da África e da América do Sul a escassez é uma realidade. "A Delta saiu da Índia e chegou em 80 países em três semanas. Não há como escapar de uma política global de saúde."

Sanitarista e professor emérito da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Buss vai na mesma linha de raciocínio e defende a universalização da vacina. Ele lembra que os dez países mais ricos do mundo compraram 75% dos imunizantes disponíveis no mercado, mas que isso não é suficiente para proteger suas populações do Coronavírus. "O mundo deveria ser solidário e pensar que, se todos não estiverem vacinados com pelo menos uma dose, ninguém estará protegido e as variantes surgirão", alerta. "Temos de espraiar a vacinação da forma mais equitativa possível."

> Apenas 30% dos brasileiros estão completamente imunizados, com as duas doses

Em relação às novas cepas, a que mais preocupa no momento é a Delta, por ora dominante no mundo e responsável por 90% das infecções. No Brasil, a variante está presente em quase 200 cidades e provocou a morte de ao menos 80 pessoas. Esses números, no entanto, podem ser ainda maiores, uma vez que a falta de testagem leva à subnotificação dos casos. "O Brasil está muito mal no quesito testagem, o que coloca em dúvida os números. Eles não refletem a realidade. Por isso é preciso ter cautela ao falar em terceira onda ou na variante Delta", afirma Anderson Brito, virologista e pesquisador em epidemiologia da Universidade Yale, nos EUA.

Para Rosana Richtmann, infectologis-

ta e diretora do Instituto Emílio Ribas, não dá para associar a variante Delta a uma terceira onda da pandemia no Brasil, uma vez que os índices de contágio por aqui sempre foram altos, num patamar que ela considera inaceitável. A pesquisadora lembra a importância de se manterem as medidas não farmacológicas – distanciamento físico, uso de máscara e priorizar ambientes ao ar livre – mesmo após a vacinação, embora os imunizantes respondam positivamente à nova variante. "Existe um escape, uma perda de eficácia, mas a vacina continua protegendo. É um diferencial", observa. A especialista cita os exemplos dos EUA e do Reino Unido. No primeiro caso, a vacinação completa gira em torno de 50% da população e, mesmo assim, o governo liberou o uso de máscara, resultando no aumentou de contágio. Os britânicos foram mais cautelosos, mantiveram as medidas preventivas mesmo com a maioria da população imunizada. Resultado: o número de mortes e de casos graves provocado pela Delta é considerado pequeno, muito inferior ao visto nos EUA.

Sobre a terceira dose da vacina como estratégia para combater a nova cepa, a infectologista volta a bater na tecla de que a única forma de diminuir o contágio é a vacinação em massa em escala global. "Do ponto de vista individual, a terceira dose pode ser aplicada em pessoas do grupo de risco, mas é preciso uma ação coletiva. Enquanto não tiver vacinação global, não vai dar certo." Os pesquisadores reforçaram ainda a necessidade de o governo assumir a liderança no combate à pandemia e fazem críticas a Bolsonaro, por adotar um comportamento que contribui decisivamente para disseminação do vírus. "Ele é o pior exemplo nas Américas e no mundo", opina Buss. "Estamos órfãos de liderança e de informação", acrescenta Anderson Brito, referindo-se à disseminação de *fake news* sobre a pandemia.

UFPEL, ARQUIVO PESSOAL, IQC, FIOCRUZ E ALOÍSIO MAURÍCIO/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO

CIÊNCIA *VERSUS* CHARLATANISMO

BOLSONARO ATUA A FAVOR DO VÍRUS, LAMENTAM ESPECIALISTAS

Não bastassem os danos causados e as vidas ceifadas pela Covid-19, o Brasil é também vítima de outra pandemia igualmente perigosa: a da desinformação. Dando vazão ao negacionismo palaciano, as milícias digitais bolsonaristas vêm reproduzindo de forma sistemática *fake news* sobre vacinação, uso de máscaras, distanciamento físico e medidas restritivas às atividades econômicas para conter o avanço do vírus, além de perseguir e ameaçar os cientistas, pesquisadores e profissionais da saúde.

Durante o evento promovido por *CartaCapital*, Natália Pasternak, pós-doutora em microbiologia pela USP, Gustavo Cabral, imunologista com pós-doutorado pela Universidade de Oxford, e Pedro Hallal, epidemiologista e professor da Universidade Federal de Pelotas, apontaram a disseminação de notícias falsas como obstáculo a ser vencido no controle do Coronavírus. Os especialistas foram unânimes em criticar a postura do governo brasileiro, que, em vez de assumir a liderança na orientação sobre a doença, estimula a desinformação. O próprio presidente adota uma postura que contribui para espalhar o vírus, aumentando o número de vítimas.

"Era preciso uma informação de forma uníssona, coordenada nacionalmente e com mensagem clara. O que vimos é Bolsonaro usar o negacionismo para propagar mentiras", lamenta Pasternak. A microbiologista elogiou a atuação da mídia e dos pesquisadores em orientar a sociedade sobre a Covid-19, mas ressaltou que o impacto é menor do que uma comunicação coordenada pelo Estado. "Estamos fazendo o trabalho que o governo não faz. Por mais importante que seja, dificilmente teremos a mesma eficiência de uma campanha que um governo decente faria."

Cabral cobrou a implantação de um comitê de crise e acusou o presidente de desorientar a sociedade. "Bolsonaro estimula atos que favorecem a pandemia. Faz um trabalho muito benfeito de desorientar a sociedade. Em um dos piores momentos da história, temos como representante o que há de pior no ser humano", diz o imunologista. "Enquanto Bolsonaro estiver se manifestando sobre a Covid-19 ou tendo poder de gerir a pandemia, não atingiremos nenhum benefício. Bolsonaro representa a polarização entre a ciência e o charlatanismo, entre a vida e a morte", completou Hallal, cobrando da CPI no Senado uma ação que afaste o presidente do manejo da pandemia.

Em relação à CPI da Covid, que antecipou a intenção de indiciar Bolsonaro por charlatanismo, os pesquisadores consideram que a comissão tem elementos suficientes para pedir o afastamento do presidente do combate à pandemia. "A cada dia, milhares de pessoas perdem a vida e esse é um custo que a gente não precisava pagar", destaca Hallal, acrescentando que 80% das mortes seriam evitadas se o governo tivesse agido corretamente.

Boa parte das mortes poderia ser evitada, afirmam Natália Pasternak, Gustavo Cabral e Pedro Hallal

NOVO NORMAL OU VELHA CRISE?

FUTURO Devido às diferenças econômicas, não é possível prever o momento em que o mundo vai superar a pandemia

Considerada a maior tragédia sanitária dos últimos cem anos, a pandemia da Covid-19 tem origem no fim de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Foi uma questão de dias para que o Coronavírus fosse classificado como surto e logo se espalhasse por vários países, o que obrigou a OMS a declarar o caráter pandêmico da doença em março de 2020. Passados quase dois anos desde a origem da Covid-19, é possível falar em fim da pandemia ou em um mundo pós-pandêmico? Qual o lugar do Brasil nesse contexto? O que esperar do chamado novo normal? Estas foram mais algumas perguntas levantadas no ciclo de debates "Diálogos Capitais: Webinar Saúde", realizado por *CartaCapital* em parceria com a ACT Promoção da Saúde, a Associação Nacional de Pós-Graduação e o Conselho Federal de Enfermagem.

Segundo Isaac Schwartzhaupt, cientista de dados e coordenador na Rede Análise Covid-19, não é possível falar em fim da pandemia, até porque alguns países vão demorar mais do que outros para superar a doença. O pesquisador ressaltou o baixo índice de imunização no Brasil, que tem, em média, 30% da população com o ciclo vacinal completo. "A pandemia é multifatorial, muda a todo momento, e o Brasil ainda está com a luz amarela acesa." O deputado federal e ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha disse que, para se chegar ao fim da pandemia, é preciso acelerar o ritmo de vacinação, fazer estudos para identificar o tempo de duração da imunização alcançado pelas vacinas e torcer para não surgir nova mutação do Coronavírus resistente, enquanto essas duas medidas estiverem em curso. Caso a vacinação não aconteça em escala global, acrescenta, a pandemia não terá fim. "Ou a gente transforma a vacina em um bem público ou o mundo não vai atingir patamares suficientes para controlar a Covid-19 e estancar a pandemia", afirmou. Padilha defende ainda a suspensão temporária das patentes e a criação de estratégias para que as vacinas cheguem mais rápido às populações vulneráveis. "Ou o mundo enfrenta o problema ou o pós-pandemia será mais tardio e muito mais trágico, pelos impactos sanitários e econômicos gerados."

> O ritmo de vacinação abissalmente desigual no planeta desaconselha qualquer prognóstico

Daniel Dourado, médico e advogado sanitarista, reforça a preocupação de Padilha e lembra que, embora 30% da população mundial esteja completamente imunizada, muitos países de baixa renda não alcançaram sequer 1% da vacinação. "A preocupação é surgir uma variante que escape à vacina. Se isso acontecer, vamos perder tudo o que foi feito." Dourado também destacou o papel do Brasil no mundo pós-pandêmico. "O País é exemplo de saúde pública e se esperava que déssemos respostas melhores à pandemia. Mas o que aconteceu foi o contrário, porque o governo Bolsonaro boicotou o SUS. Esperamos que a gente volte a ocupar o papel que tinha no cenário global na área de saúde."

Na mesa sobre o novo normal, Margareth Dalcolmo, pneumologista e

Cautela. Isaac Schwartzhaupt, Alexandre Padilha, Daniel Dourado, Margareth Dalcolmo, Esper Kallás e Paula Johns. Ninguém arrisca um palpite sobre o fim da crise, sobretudo no Brasil de Bolsonaro

ARQUIVO PESSOAL, IMS, PETER ILICCIEV/FIOCRUZ, PREFEITURA DE CARUARU E GUSTAVO LOURENÇÃO

pesquisadora da Fiocruz, Esper Kallás, infectologista e professor da Faculdade de Medicina da USP, e Paula Johns, socióloga e diretora-geral da ACT Promoção da Saúde, defenderam a reestruturação do SUS como estratégia para resolver os problemas causados pela Covid-19 e as sequelas deixadas pela doença. "Urge que o Sistema Único de Saúde seja reorganizado, para dar conta de todas as consequências das doenças crônicas que deixaram de ser atendidas de maneira adequada, do impacto nas doenças de grande complexidade, do tempo perdido no não diagnóstico e das sequelas da própria pandemia, a síndrome pós-Covid", defendeu Dalcolmo. "O SUS poderia ter ajudado o Brasil a enfrentar melhor a pandemia, se não tivesse sido contaminado pela percepção de algumas pessoas que achavam que tudo ia passar rápido e pela instabilidade política. Pagamos um preço caro por isso, com muita gente morrendo da doença, algo que poderia ter sido evitado", salientou Kallás. "A maior política pública do Brasil é o SUS", complementou Johns, que lembrou os reflexos do capitalismo na pandemia.

Os países ricos, destacou a pesquisadora, pagam pouco ou nenhum juro, enquanto os pobres são punidos por altas taxas, quando buscam financiamento para enfrentar a pandemia. "As regras do jogo global não resolvem o problema, só ampliam. Para onde estão indo os investimentos? Isso vai determinar que futuro a gente vai ter. Não é que faltem recursos, conhecimento, o que precisa é reorganizar o sistema."

Sobre o chamado novo normal, Dalcolmo diz que há anos o Brasil não está dentro da normalidade e que a Covid-19 escancarou o que nunca deveria ser visto como normal, a desigualdade social. "O que a pandemia fez foi desnudar uma situação que na nossa sociedade desigual não tem nada de normal. Colocou a nu todos os contrastes e paradoxos da espécie humana num tempo recorde." Para Kallás, o controle da pandemia passa pela opção política que cada um faz. Ele defendeu a democracia como instrumento para mudar o quadro atual e disse que os eleitores, ao escolherem seus representantes, precisam atentar para a forma como eles tratam a saúde, a pesquisa e a educação. "São os grandes pilares que norteiam o bem-estar da sociedade. Quando a gente escolher quem trata dessas áreas de forma digna e responsável, as chances de o Brasil melhorar como nação se fortalecem." •

Voo de galinha

PIB A estagnação do 2º trimestre mostra o País acorrentado à paralisia econômica consolidada por Bolsonaro e Guedes

POR CARLOS DRUMMOND

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44

Anjos. Os juros baixos e o sucesso dos unicórnios atraem investimentos para as *startups*

Aperto. O consumo das famílias, que representa 60% do PIB, teve zero de crescimento no segundo trimestre

SÉRGIO AMARAL/MDS

A estagnação do PIB no segundo trimestre, com variação negativa de 0,1%, além de caracterizar em definitivo a política econômica vigente como um esquema limitado a reproduzir pibinhos e recessões a partir 2014, acorrenta o ano decisivo de 2022 à reprodução da mesma mediocridade econômica, por diversos motivos. Em primeiro lugar, o resultado teria sido ainda pior não fosse os sindicatos e o Congresso terem forçado o governo a conceder, no ano passado, um auxílio emergencial de 600 reais em 2020, o triplo do pretendido pela equipe governamental, mas que foi comprimido e teve seu alcance reduzido neste ano. Em segundo lugar, as privatizações de estatais estratégicas, as reformas e as "boiadas" no Congresso retiraram estruturas cruciais para uma recuperação econômica, como a Eletrobras e a Petrobras, no seu formato de empresa integrada, sem esquecer o desastre nos investimentos decorrente do desvirtuamento do BNDES, que deixou de ser banco de desenvolvimento para se tornar uma instituição financeira como outra qualquer. Em terceiro lugar, porque a retomada da escalada de juros e o arrocho salarial associado ao desmantelamento da estrutura sindical garantirão que a recuperação não levante a cabeça, por agirem como força de dupla contenção de qualquer reanimação significativa da demanda.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reagiu como se esperava à má notícia do PIB. "O crescimento está contratado e vem por aí", disse Guedes, mas os fatos sugerem que tudo o que o ministro e Bolsonaro deverão conseguir na área econômica, no próximo ano, será cimentar o PIB na zona cinzenta entre grandes variações negativas e suspiros de crescimento (-3,5% em 2015, -3,3% em 2016, 1,3% em 2017, 1,8% em 2018, 1,4% em 2019, -4,1% em 2020). A anemia econômica fica evidente no comportamento do indicador entre 2017 e 2019, anos "normais" e com reformas, período anterior à pandemia em que o PIB se recuperou pouco mais da metade da queda sofrida entre 2015 e 2016, chama atenção o economista Uallace Moreira, professor da Universidade Federal da Bahia. "Foi pibinho e 'voo da galinha'", resume. Nem mesmo os participantes do sistema financeiro, base de apoio fundamental da política econômica, esperam um cenário animador, mostra o declínio da previsão de PIB no próximo ano, de 2,05% há um mês para 1,93% na sexta-feira 3, segundo a pesquisa Focus do Banco Central, e para 1% de acordo com os jornais da quarta-feira 8.

O mundo oscilou negativamente na pandemia, mas o Brasil denota uma herança mais pesada de política econômica ao figurar em último lugar no segundo trimestre, na comparação com 29 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE. Esse mesmo legado deverá funcionar como capital político negativo na tentativa de reeleição no próximo ano, uma bola de ferro acorrentada ao pé na corrida eleitoral. Além da política contracionista de Bolsonaro e Guedes, há um contexto econômico mundial de avanços e recuos impostos pela persistência da pandemia, por uma desarticulação das cadeias produtivas e descontinuidade de suprimentos, em que pese o progresso alcançado nos EUA e na Europa. Um avanço obtido, é importante sublinhar, a partir de políticas fiscais expansionistas, ou seja, o avesso do praticado no Brasil.

> As privatizações e as reformas retiraram estruturas cruciais à recuperação da economia nacional

Conforme destacaram alguns economistas, do lado da oferta persistirão no País percalços nas cadeias produtivas e escassez de partes e componentes, dificuldade à qual se agregam o aumento do preço da energia e seu provável racionamento, perspectiva que fez dispararem as vendas de geradores de eletricidade e painéis solares. Além disso, a estagnação da massa salarial, reflexo da péssima situação do mercado de trabalho, e o encarecimento do crédito em consequência da elevação da taxa de juros limitam o aumento do consumo.

Responsável por 60% do PIB, o consumo das famílias ficou estagnado no segundo trimestre, segundo o IBGE, na comparação com os três meses anteriores. A renda do trabalho caiu 3% diante do trimestre anterior, e a massa de rendimentos diminuiu em 0,6%. Sobressai como dificuldade adicional à recuperação da demanda a proposta de orçamento para 2022 com o Bolsa Família sem aumento, ao contrário do alardeado pelo governo, o investimento público reduzido de 0,3% para 0,27% do PIB e a verba destinada à compra de vacinas diminuída em 85%, uma temeridade diante da multiplicação de mutações do Coronavírus, como a variante Delta.

O deslocamento de parte da demanda de bens industriais para serviços representa uma restrição adicional ao crescimento. Em vez de gastarem mais com produtos da linha branca, como ocorreu no isolamento social, as famílias aumentarão agora o desembolso para consumo em bares e restaurantes, alertam economistas. Os dados mais recentes confirmam a maré

baixa para vários setores industriais, inclusive o das montadoras de veículos, que terminaram agosto com queda de 2,4% sobre o mês anterior e de 8,6% na comparação com agosto de 2020. O vento de popa do *boom* das *commodities* iniciado em setembro perde intensidade e, segundo previsões, dificilmente se repetirá o impulso do superciclo de preços de 2000 a 2012, até mesmo em razão da característica atual da economia mundial, de avanços e recuos impostos pela persistência da pandemia.

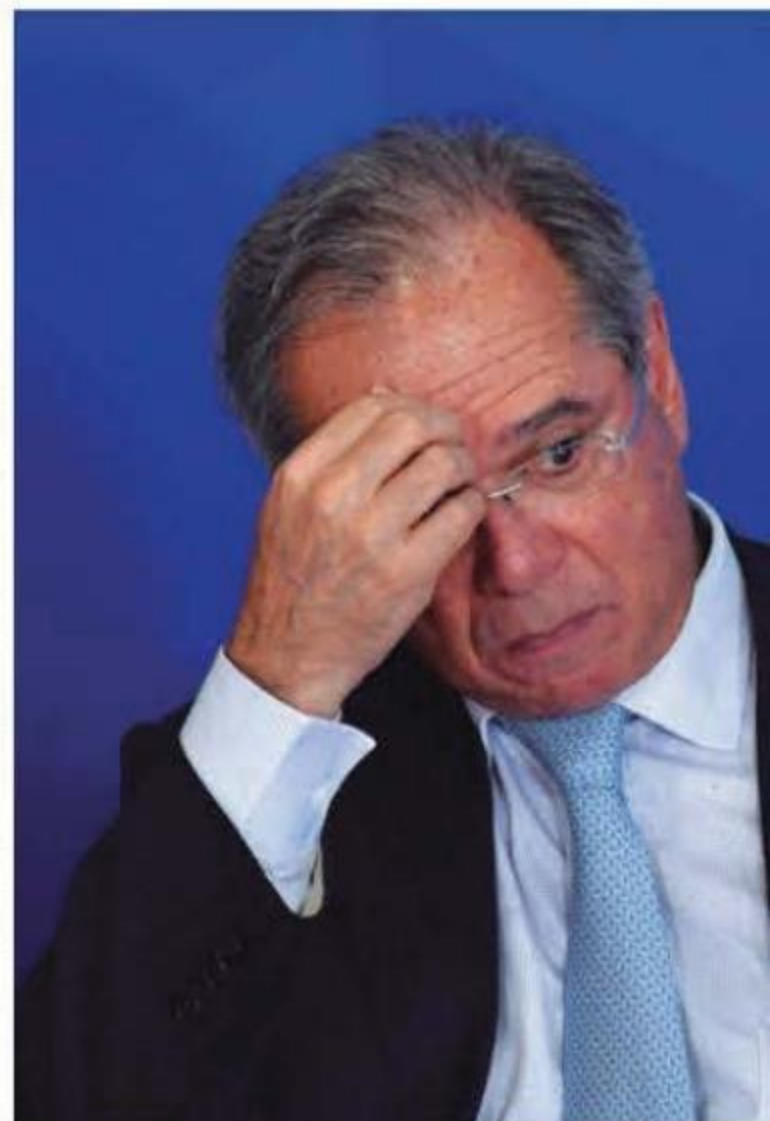
Fica também cada vez mais claro, no noticiário econômico e nas análises, que a alta de juros terá muito mais efeitos negativos do que a pretendida contenção da demanda, que continua deprimida, como mostra a desaceleração da inflação. A alta do IGP-M, que engloba desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais, arrefeceu de 0,78% para 0,66% entre agosto e setembro e, nas contas do FGV-Ibre, não fosse a crise hídrica, seria mais branda ainda, o que reforça o argumento daqueles que dizem não existir, a rigor, uma inflação de demanda, mas choques de oferta e cambiais, a enfraquecer o discurso dos fundamentalistas de mercado e dos rentistas, favoráveis a uma escalada de juros com a justificativa de que é urgente conter uma inflação que seria explosiva.

"Essa queda do PIB é um sinal horroroso, porque o segundo trimestre teve, obviamente, a economia mais aberta do que no primeiro trimestre, quando ainda havia bastante restrição à mobilidade em razão da pandemia. O que aconteceu com o consumo das famílias nessa comparação? Não aconteceu nada, zerou, não aumentou em termos reais, isso é muito ruim", afirma José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

O consumo das famílias, acrescenta, ocorre tanto em função da renda presente quanto do que se espera obter. A inflação acelerou, a renda em termos reais caiu, a atividade de trabalho não ajudou a convencer as famílias a gastar. "Aquilo que elas pouparam, medido pelo saldo da caderneta de poupança, cresceu cerca de 200 bilhões durante a pandemia. Isso não foi gasto, ou seja, as famílias estão com medo", diz Gonçalves. "Há inflação acelerando, o que piora a renda, e as famílias, com medo, não vão gastar."

O governo gastou mais, por exemplo, em produtos para atender às necessidades sanitárias de um semestre para o outro. Mas o investimento, em termos de formação bruta de capital fixo, caiu. "Isso significa que o governo pavimentou menos, as empresas privadas compraram

A anemia econômica ficou evidente na variação do PIB nos "anos normais" de 2017 a 2019

ISTOCKPHOTOS E MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

Fé. A falta de insumos e a queda do poder aquisitivo afetam as montadoras. Ainda assim, Guedes diz que a economia vai bem

menos equipamentos e as famílias compraram menos imóveis. Essa conta caiu em termos reais." As exportações, entretanto, que não dependem do País, vão razoavelmente bem, principalmente as de *commodities* para a China.

A situação do mercado de trabalho não estimula as pessoas a gastar e, para piorar, não há mudança de tendência no horizonte. Anos seguidos de "pibinho" e "voos de galinha" criaram um problema de grandes proporções no que se refere ao emprego, alerta a economista Julia Braga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "A perspectiva para os próximos anos é de uma taxa de desemprego alta, provavelmente acima de dois dígitos. Ou as pessoas ficam fora da força de trabalho e, portanto, sem salário ou voltam, mas muitas não conseguirão emprego", sublinha Braga.

O País, observa, foi atingido pela crise da pandemia numa situação de fragilidade do mercado de trabalho. A taxa de desemprego ampla era uma das maiores do mundo em 2019. Após a crise de 2015 e 2016, o emprego voltou a crescer 2% ao ano, mas no setor informal. Essas ocupações foram as mais atingidas com a pandemia. O desemprego disfarçado foi revelado. "Dez milhões de trabalhadores saíram da força de trabalho, pelas próprias restrições da pandemia ou por desistirem de procurar nova ocupação e não encontrar. A taxa de participação caiu do histórico nível de 62% para 56%. Se não tivesse caído, a taxa de desemprego agora estaria próxima a 20%", explica a economista.

A taxa de desemprego, destaca, é a diferença entre a força de trabalho e o emprego, como proporção da força de trabalho. Quando as pessoas param de procurar emprego pelo "efeito desalento", porque acham que não vão encontrar uma ocupação e se cansaram de procurar, elas saem da força de trabalho. Mantidas constantes as demais condições, isso faz a taxa de desemprego cair, simplesmente porque diminui a força de trabalho.

Outra maneira de ver o problema, acrescenta Braga, é calcular a taxa de desemprego em relação à taxa de participação da população em idade para trabalhar que está procurando ocupação. Mantido tudo o mais constante, quando a taxa de participação cai, isto é, quando diminui a força de trabalho como proporção da população em idade para trabalhar, então a taxa de desemprego cai. "A taxa de desemprego no Brasil seria ainda maior, portanto, caso não tivesse ocorrido a queda da taxa de participação. Muita gente saiu da força de trabalho pelo desalento ou porque, por exemplo, são mulheres e não tinham com quem deixar os filhos com as escolas fechadas." •

À procura de anjos

STARTUPS A digitalização crescente, os juros baixos e o sucesso dos unicórnios aumentam as fontes de investimento, mas os aportes ainda são insuficientes

POR CLEIDE SANCHEZ RODRIGUEZ

Mesmo com o recente aperto monetário promovido pelo Banco Central, a taxa básica de juros continua baixa (5,25% ao ano), o que estimula a troca das tradicionais aplicações em renda fixa pelo capital de risco. Essa é uma das razões para os volumes expressivos de recursos aportados em *startups* no Brasil, além do interesse crescente por empreendimentos inovadores e tecnologicamente avançados. O entusiasmo também é alimentado pelo sucesso dos unicórnios – *startups* com mais de 1 bilhão de dólares em valor de mercado – como o Nubank, que levantou 2,5 bilhões de dólares no segundo trimestre e planeja uma oferta pública inicial (IPO, *na sigla em inglês*) de 100 bilhões de dólares.

Em recente estudo, a KPMG, uma das maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo, registrou 4,1 bilhões de dólares de operações de *venture capital* no primeiro semestre de 2021, ante 1,1 bilhão de dólares do mesmo período de 2020, e de 628 milhões de dólares, em 2019. "Com juros baixos, o capital vem realmente para a economia real. Aliado a isso houve forte digitalização da economia, por pressão das necessidades impostas pela pandemia. A economia digital desenvolveu em seis meses o que teria levado dois, três, cinco anos", sustenta Rodrigo Guedes, sócio para Mercado de Capitais da consultoria. Segundo ele, além de uma sofisticação maior do ecossistema, com novas categorias de fundos por estágio de desenvolvimento, "tem mais dinheiro sendo reciclado, saindo e criando novos fundos, ou seja, mais dinheiro entrando".

"Há muito capital no mundo fluindo para empresas de base tecnológica e, de três anos para cá, há uma explosão de atividades em *venture capital*", confirma Leonardo Teixeira, administrador da gestora de fundos Iporanga Ventures. Tipo de investimento que ocorre pela compra de participação acionária minoritária, "o *venture capital* é muito utilizado nas fases iniciais de empresas que apresentam forte perspectiva de crescimento, mas com elevado grau de risco, considerando que são grandes as incertezas quanto ao sucesso do empreendimento", diz.

Orlando Cintra, CEO da BR Angels Smart Network, conta que há dez anos as opções de investimento para as *startups* eram muito limitadas. "Basicamente, elas se relacionavam com os bancos, o que acontece até hoje, mas atualmente há todo um ecossistema voltado para apoiá-las, atraído pelo sucesso desses empreendimentos e pela digitalização crescente dos vários segmentos da economia", observa. Formada em 2019, a BR Angels Smart Network é uma associação nacional composta de mais de 150 empreendedores e presidentes de importantes empresas que, além de capital financeiro, dão suporte na gestão e abrem portas para as *startups*.

Tal qual o mercado tradicional de *venture capital*, o investimento em *startups* realizado por corporações, o chamado *corporate venture capital* (CVC), também tem crescido no País, segundo relatório de 2021 da consultoria Distrito: foram 622 milhões de dólares de grandes empresas, distribuídos em 22 aportes destinados às novatas tecnológicas. O volume investido é mais que o triplo do aportado em 2020 e cerca de 70% dos investimentos mapeados estão concentrados nos estágios iniciais (*seed* e pré-*seed*).

No segmento de investimentos-anjo, o volume de operações também cresceu nos últimos dez anos, com exceção do ano passado, que recuou 20% em relação ao ano anterior, para 856 milhões de reais, o mesmo nível de 2016, conforme estudo produzido pela Anjos do Brasil, organização fundada há dez anos que atua com 24 redes parceiras, muitas ligadas ao meio acadêmico, como Insper Angels, GV Engels e UniAngels. Maria Rita Bueno, diretora-executiva da entidade, explica que tais investidores aplicam capital próprio e formam a maioria de empresários

Estudo da KPMG registrou 4,1 bilhões de dólares de operações de *venture capital* no primeiro semestre de 2021

NUBANK LABS

O sucesso do Nubank e outros unicórnios anima os investidores

Leonardo Teixeira, da Iporanga, Orlando Cintra, da BR Angels, Maria Rita Bueno, da Anjos do Brasil, Hid Miguel e Arthur Baccam, sócios da Musii, apostam em aumento do fluxo de investimentos para as *startups* nacionais

e executivos, que foram fortemente impactados pela pandemia e reduziram sua alocação em *startups* em 2020. O número de investidores também caiu (15%), totalizando 6.956 investidores-anjo no Brasil, aponta o estudo. A expectativa para este ano é superar 1 bilhão de reais, praticamente igualando com 2019.

De acordo com os especialistas, os investimentos dividem-se de acordo com o estágio em que as empresas se encontram e os valores aumentam conforme elas crescem. Em geral, os anjos enquadram-se na faixa de até 200 mil dólares e são investimentos de longo prazo, por mais de cinco anos, no mínimo. A partir daí, os períodos são menores. O pré-*seed* envolve aportes de 200 mil a 500 mil dólares; e o *seed*, entre 500 mil a 2 milhões de dólares. A fase inicial das empresas ainda envolve as operações das séries A e B, que vão até 30 milhões de dólares. Depois das fases mais adiantadas do *venture capital*, as empresas podem recorrer às participações acionárias dos fundos de *private equity* ou abrir o capital.

A Iporanga atua nesses estágios iniciais de *venture capital* e investiu em mais de 32 empresas de tecnologia por meio de dois fundos, totalizando 100 milhões de dólares. Uma de suas apostas foi na Loggi, empresa de logística, em 2013, que se tornou unicórnio há cerca de dois anos. Seu mais recente investimento é na Abstra, *startup* que acaba de receber mais de 3,6 milhões de reais em uma rodada pré-*seed*. A empresa, que atualmente participa de um dos mais reconhecidos programas de aceleração do mundo, o da Y Combinator, no Vale do Silício, disponibiliza sua plataforma para outras companhias desenvolverem soluções rapidamente, sem a necessidade de conhecimento específico em programação.

Existe uma fase anterior a todas essas operações, que muitas empresas recorrem quando a ideia nem sequer saiu do papel. São amigos, familiares, ex-chefes etc. Foi assim com a Musii, que arrecadou 500 mil reais com um grupo de pes-

soas próximas para iniciar a empresa e testar seu produto. A ideia inicial, conta Arthur Baccam, sócio da *startup*, era desenvolver um aplicativo para as pessoas descobrirem lugares que tocassem gêneros musicais de sua preferência. Mas vieram a pandemia e as restrições de circulação, e a solução foi mudar o *app* e fazer com que as pessoas pudessem compartilhar músicas como em uma rede social.

O dono da ideia original e sócio da Musii, Hid Miguel, é formado em publicidade, estudou música por seis anos e chegou a trabalhar como profissional. Baccam é graduado em Engenharia Aeroespacial pela Federal do ABC, de São Paulo, e trabalhou no mercado financeiro, onde conheceu Hid Miguel. A soma de suas competências contribuiu para o aval da BR Angels para o segundo aporte que a Musii acaba de receber, no valor de 500 mil reais, que serão investidos em *marketing* e na inclusão de artistas independentes na plataforma. "Hoje estamos com 10 mil usuários e a nossa meta é chegar aos 300 mil até fim do ano", afirma Baccam.

A Musii fez o caminho de inúmeras *startups* em busca de recursos na associação: inscreveu-se no *site* e passou por um processo de análise, entrevistas e apresentações que durou em torno de quatro meses. Orlando Cintra explica que a candidata precisa ter uma atividade que se encaixe no perfil das empresas que compõem a rede do BR Angels (cerca de 2 mil), caso contrário "não será possível ajudá-la no apoio à gestão e nos contatos que viabilizem a realização de negócios; isso é fundamental para a empresa ir adiante", observa. O segundo ponto é estar na fase pré-operacional e, finalmente, ser *startup* da economia digital, que seja escalável, pois dessa forma ela crescerá rapidamente e bem. "Hoje, analisamos cerca de 500 *startups* mensalmente, mas vamos aumentar esse número para ter volume e condições de fazer boas escolhas", diz o executivo.

Os investimentos-anjo devem superar 1 bilhão de reais em 2021, repondo as perdas da pandemia. Ainda assim, o volume é considerado baixo

Thiago Burgers, sócio da consultoria Play Studio, resume as qualidades necessárias para atrair investimentos-anjo: o perfil do empreendedor, o tamanho do mercado, alinhamento com os valores do investidor e, por último, uma avaliação do que foi realizado pela *startup*. Ele explica que, como o investimento-anjo é feito para finalizar um produto que ainda nem está sendo vendido, "é preciso acreditar que as pessoas têm competência para fazer aquele projeto sair do papel e o comprometimento para viver uma jornada empreendedora". E salienta: "Nós atentamos para o lado técnico desse empreendedor, o histórico de iniciativas passadas, mas também o brilho no olho, a vontade de mudar o mundo com a *startup* que está criando, o comprometimento e os valores que ele tem".

Apesar da perspectiva de recuperação do investimento-anjo para 2021, o volume é insuficiente para apoiar o aumento de *startups* que estão surgindo, segundo Maria Rita. A Anjos do Brasil estima que seriam necessários investimentos anuais de 12 bilhões de reais para as *startups* atingirem todo o seu potencial. "Considerando que o Marco Legal das *Startups* não trouxe os avanços necessários, é fundamental o Congresso retomar a matéria e possibilitar a equiparação de tratamento tributário entre o investimento em *startups* e investimentos incentivados", defende a organização. •

CAPITAL DE RISCO MARCA RECORDE

O financiamento de *venture capital* no Brasil, 2013 a 2º tri/2021

Fonte: KPMG

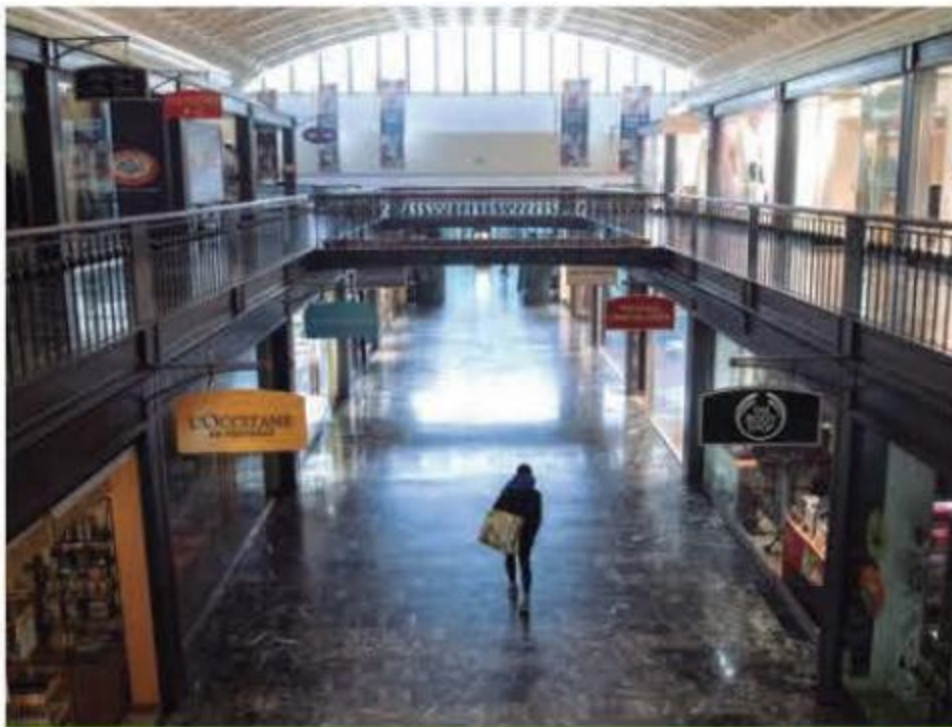
CAROL KAPPAUN, MUSII, DANIEL TEIXEIRA/IPORANGA VENTURES E ARQUIVO PESSOAL

"JÁ GASTAMOS O FUTURO, AGORA É HORA DE RECONSTRUÍ-LO"

LUÍS NORBERTO PASCOAL, presidente da DPaschoal

Competição desequilibrada

▶ **Pequenas operadoras recorrem ao Cade e à Anatel contra a venda da Oi Móvel para as gigantes do setor**

Operadoras de menor porte estão reivindicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contrapartidas à venda da Oi Móvel para Vivo, Tim e Claro. Querem condições mais favoráveis para uma competição equilibrada no mercado de telefonia móvel, tanto em relação à negociação de preços quanto na obrigatoriedade de acordos de compartilhamento de infraestrutura. De início, pedem o cancelamento da aquisição do ativo da Oi pela união das três gigantes. Caso isso não funcione, a segunda estratégia será pelo fatiamento do espectro móvel da Oi, ou seja, faixas de radiofrequência sobre as quais as operadoras podem estender suas redes de celulares. Também reivindicam a divisão da carteira de clientes, contratos de aluguel e troca de infraestrutura que compõem o ativo da Oi leiloado. A Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, que representa 70 empresas associadas de médio porte, propõe que as grandes ofereçam as redes em troca de pagamento. A telefonia móvel é extremamente concentrada nas quatro grandes, que detêm 99,2% do número de acessos do mercado, daí o debate sobre estímulos à concorrência no setor.

DE VOLTA AOS *SHOPPINGS*

Pesquisa do Bank of America com mil consumidores brasileiros indica que 81% está de volta aos *shopping centers*, mas com menor frequência do que antes, pois só com a segunda dose da vacina se sentirão seguros. Para 50% dos entrevistados, a retomada das visitas no pós-pandemia será para ir a restaurantes e lazer. A sondagem mostra, porém, que cerca da metade dos clientes pretende reduzir as compras *online* em favor das lojas físicas. A expectativa é de um segundo semestre bem mais forte para os *shopping centers*, graças ao avanço da imunização, à reabertura mais ampla de restaurantes e áreas de lazer e à retomada da mobilidade.

ISTOCKPHOTO, GRUPO DPASCHOAL, SAUL LOEB/AFP

China quase triplica a venda de veículos de energia nova

A China deve vender 1,7 milhão de veículos de energia nova (NEV) nos primeiros oito meses deste ano, ante 600 mil unidades no mesmo período de 2020, estimou o vice-ministro da Indústria, Xin Guobin. Os NEV incluem veículos elétricos a bateria, híbridos *plug-in* e células de combustível de hidrogênio. Segundo o ministro, as vendas totais de automóveis devem superar os 16 milhões de veículos até agosto. Mas ele advertiu que a escassez global de *chips* automotivos decorrente da crise sanitária ainda constitui um gargalo na produção chinesa.

Gato no *delivery* de comida

Marisol Wakabayashi, ex-James Delivery (Grupo Pão de Açúcar), inicia nesta semana a operação de seu *app* Vou de Nekô, que pretende ser uma alternativa "justa e humana" às plataformas de entrega que dominam o mercado: iFood, Rappi e Uber Eats. O nome e o logo referem-se ao *maneki nekô*, o gato da sorte japonês. "Queremos empoderar o comércio local, ser mais do que uma entrega de comida, uma referência cultural e humana, entre quem faz os pratos e os consumidores", diz Marisol, que revela cobrar comissão de 17%, incluída a taxa de operação financeira, enquanto os concorrentes vão de 20% a 30% e mais o custo financeiro.

Perfumes de celebridades

A Play Studio e a Adventure Inc. estão construindo uma plataforma de marcas nativas digitais verticalizadas na indústria de perfumaria e cosméticos em sociedade com celebridades. Essas marcas são nascidas no ambiente digital, que é também seu meio primário de transação, e são

integradas verticalmente, ou seja, detêm o controle sobre todo o processo e a experiência, do desenvolvimento de produto até a venda final. Nos EUA, o crescimento das chamadas DNVBs, com sua oferta direta ao consumidor, vem tirando o sono das grandes marcas, diz Thiago Burgers, sócio da Play.

NÚMEROS

43%

das fraudes financeiras apuradas pela Comissão de Valores Mobiliários envolvem criptomoedas

100

milhões de dólares é a dotação da IFC para projetos de infraestrutura digital, dois deles no Brasil

43%

das empresas do Ibovespa não têm dados de ESG verificados por parte independente, revela estudo da PwC e do Ibracon

Tragédia de erros

ANÁLISE Depois dos ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos atropelam as convenções e disseminam o terror

POR JOSÉ SÓCRATES*

A queda de Cabul não tem apenas a ver com o Afeganistão, mas também com a "guerra global ao terror". Em 14 de setembro de 2001, o Congresso norte-americano aprovou a lei com 60 palavras que permitiu o uso da força: "O presidente é autorizado a usar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que ele constatar terem planejado, autorizado, cometido ou ajudado os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro ou tenham albergado essas organizações ou pessoas..."

A votação foi quase unânime, 420 votos a 1. A congressista que votou contra a medida considerou que a lei conferia um poder demasiado discricionário ao presidente e lembrou os norte-americanos que deviam se proteger do espírito de vingança de modo a que "as nossas ações não nos transformem no mal que agora deploramos". Ninguém quis ouvir. E, no entanto, foi exatamente o que aconteceu. Vinte anos depois, a lei continua em vigor.

Dois anos depois do Afeganistão, veio a invasão do Iraque, justificada com um monumental embuste histórico. Mais tarde, viria o episódio de Abu Ghraib, momento em que o mundo ficou a saber que o Exército dos EUA torturava seus prisioneiros de guerra. Pior ainda, os norte-americanos ficariam também a saber que o seu Departamento de Justiça tinha elaborado os infames "memorandos da tortura", que legalizavam as práticas de interrogatório, usando métodos em flagrante desrespeito pela convenção internacional. Surgia também o debate a propósito dos prisioneiros de Guantánamo. Se eram prisioneiros de guerra, não podiam ser interrogados. Se eram criminosos, tinham direito a advogado e ao devido processo legal. Nem uma coisa nem outra. Os Estados Unidos criariam uma nova e ambígua categoria de "combatentes ilegais". Nem proteção da Convenção de Genebra nem proteção do Estado de Direito.

No mandato de Barack Obama, a guerra tomaria outro rumo. Depois da desgraça que se adivinhava no Afeganistão e no Iraque, a guerra ao terror deveria prosseguir sem mais invasões e com menos tropas no terreno. As ações deviam agora se concentrar na eliminação de alvos de supostos terroristas. O drone armado revelar-se-ia a arma adequada para a tarefa, de modo a evitar o embaraço das detenções. A política de guerra deixou de ser prender para interrogar e passou a ser matar em vez de capturar. O assassinato-alvo virou política contraterrorista oficial.

> Como previu uma congressista, os EUA se transformaram no mal que deploravam

Em 2012 o *New York Times* descrevia o que chamou de "o mais estranho dos rituais burocráticos", a reunião semanal dos vários serviços de segurança para trocar impressões sobre a biografia dos suspeitos de terrorismo que constituiriam os próximos alvos. Nomes aprovados, a tarefa era depois passada aos drones. A reunião era liderada pelo próprio presidente, que, no fim, tomava as decisões. Chamavam-lhe "a terça-feira do terror". Os ataques de drones levaram a guerra a países oficialmente em paz com os Estados Unidos, como o Iêmen, a Somália, a Líbia, a Síria e, sobretudo, o Paquistão, que em 2012 tinha ataques de drones de quatro em quatro dias. A guerra espalhou-se e alastrou-se, levando a violência e a instabilidade a todo o Oriente Médio. Também a controvérsia jurídica mudou de tema, deslocando-se dos prisioneiros de guerra para os ataques de drones – para as Nações Unidas esses ataques representavam "execuções sumárias" ilegais, arbitrárias e contrárias às leis da guerra.

Mais tarde viriam os refugiados e, com eles, a tragédia europeia. Em 2015, o número de refugiados chegou aos 60 milhões, a maior parte deles oriunda das intermináveis guerras do Oriente Médio e da mais recente guerra civil síria. A resposta europeia foi construir novos muros fronteiriços e reforçar as políticas de se-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Golpe. Militares derrubam o presidente da Guiné e anulam a Constituição

Olho por olho. Os serviços secretos norte-americanos levaram uma década para eliminar Bin Laden, mentor dos atentados

HUBERT BOESL/DPA/AFP E AFP

gurança. O direito internacional que protege os refugiados, criado por europeus e para responder aos problemas das guerras europeias, não podia contar com a Europa atolada num pântano político e moral que continua até os dias de hoje. A crise revelar-se-ia um desastre para a reputação internacional da União Europeia.

Ao mesmo tempo dos refugiados, também o atentado terrorista chegava à Europa. O combate ao terrorismo não acabou com ele, mas o espalhou. Os Estados Unidos contabilizaram 348 ataques em 2001. Quatro anos mais tarde, esse número aumentou para 11.774. Vinte anos depois do início da guerra contra o terrorismo, talvez fosse esta a primeira pergunta a fazer: Deu certo? Acabamos com o terrorismo? Diminuíram? Foram contidos? Não me parece. A guerra ao terrorismo fez o que habitualmente as guerras fazem – escalou a violência.

Eis no que penso quando a guerra ao terror completa 20 anos. Eis no que penso quando vejo as imagens de Cabul. As televisões ocidentais falam das mulheres afegãs. Eu também penso nelas. Mas não esqueço que esta guerra custou 8 trilhões de dólares e custou a vida de 900 mil civis e militares, segundo os últimos números do projeto "Custos de Guerra", da Brown University. Não esqueço que esta guerra, que parece interminável, levou a violência e a desestabilização ao Oriente Médio. Não esqueço que nos trouxe de volta a legalização da tortura em tempos de aflição. Não esqueço os assassinatos-alvo como métodos de guerra, não esqueço que a guerra aumentou os ataques terroristas e os espalhou pelo mundo. Não esqueço os refugiados nem o "Patriot Act" e todas as leis que as democracias fizeram para reduzir a liberdade individual e aumentar os poderes estatais de repressão. Temos mais guerras, mais refugiados, mais miséria e mais terrorismo. Tudo feito em nome da liberdade. Quando o nevoeiro histórico levantar, veremos a dimensão da tragédia. Vinte anos depois, penso como Michel Ignatieff: "É a resposta ao terrorismo, mais que o terrorismo ele próprio, que tem feito pior à democracia". •

**Ex-primeiro-ministro de Portugal.*

À moda antiga

ÁFRICA OCIDENTAL Após o Mali e o Chade, militares promovem um golpe na Guiné

POR SERGIO LIRIO

Até poucos dias atrás, a República da Guiné vivia ofuscada pela vizinha menor, a Guiné-Bissau, país reconhecido por suas belezas naturais e por um presidente, Umaro Sissoco Embaló, com pendores ditatoriais e estilo espalhafatoso, um dos únicos líderes mundiais a visitar o Brasil de Jair Bolsonaro nos últimos tempos. As diatribes de Bissau soam, agora, muito menos graves. No domingo 5, após um curto período de dez anos de eleições livres, militares comandados pelo tenente-coronel Mamady Doumbouya depuseram o presidente Alpha Condé, dissolveram o Parlamento de Guiné, substituíram os governadores por prepostos, anularam a Constituição e impuseram um severo toque de recolher. Em pronunciamento na tevê na segunda-feira 6, Doumbouya prometeu uma "transição pacífica" e "respeito aos contratos", aceno às mineradoras estrangeiras que exploram a terceira maior reserva de bauxita do planeta. "Será aberta uma consulta para descrever as grandes linhas de transição, depois será instituído um governo de unidade nacional", garantiu o líder golpista. Em uma frase de provocar inveja em Bolsonaro e sua obsessão sexual, o tenente-coronel acrescentou: "A Guiné é linda. Não precisamos mais estuprá-la. Só precisamos fazer amor com ela".

Amplamente condenado pela comunidade internacional, União Europeia, Estados Unidos e ONU à frente, o golpe teve o apoio de uma parcela considerável da população local e de líderes políticos. Nas ruas da capital Conacri, civis saíram às ruas para saudar as tropas e celebrar a derrubada de Condé. Coordenador da Frente Nacional de Defesa da Constituição, formada por partidos de oposição, Abdourahame Sano afirmou que a quartelada trouxe "alívio" ao povo. "Esta situação poderia ter sido evitada. Chegamos a este ponto com feridos, mortos, danos materiais e pilhagem da economia. O alerta tinha sido dado. Infelizmente, o regime, que tinha se tornado uma ditadura, não quis compreender."

Aos 83 anos, Condé viu sua imagem pública ruir depois de alterar a Constituição em proveito próprio para disputar um terceiro mandato no ano passado, em uma eleição marcada pela violência e por denúncias de fraude. Durante a maior parte de sua carreira política, o ex-professor de Ciências Sociais da Universidade de Paris destacou-se por combater as sucessivas ditaduras que dilapidaram a Guiné ao longo de 52 anos. Em 2010, nas primeiras eleições consideradas livres do país, sua história de resistência acabou premiada. Condé obteve uma vitória apertada nas urnas contra Cellou Diallo. O placar, 52,5% a 47,5%, expôs a profunda divergência entre as principais etnias, os fula e os mandinga, mas inaugurou novo ciclo de esperança. O primeiro mandato turbulento não impediu a reeleição em 2015, mas as coisas saíram do controle a partir de sua recondução em 2020. A mudança oportunista na Constituição levou milhares de

> Condenada pela diplomacia internacional, a quartelada conquistou apoio popular

CELLOU BINAMI/AFP

Heróis. Os militares que derrubaram Alpha Condé não encontram resistência nas ruas da capital Conacri

eleitores às ruas. Em resposta, o governo ordenou uma violenta repressão que deixou um saldo de 90 mortos, milhares de feridos e uma sociedade fraturada. Para piorar, a pandemia de Coronavírus anulou os tímidos avanços econômicos e sociais na década. Rica em minerais – além da bauxita, há ouro, diamante e alumínio em grandes quantidades –, a Guiné continua a ser uma das nações mais pobres da África. Segundo os dados mais recentes do Banco Mundial, de 2018, quase metade da população (43,7%) vivia com menos de 1,9 dólar por dia, enquanto 24% das crianças menores de 5 anos sofriam de nanismo, consequência da desnutrição. As crises políticas e sociais, ampliadas pela Covid-19, isolaram o presidente e abriram caminho para o golpe.

O entusiasmo da oposição com a derrubada de Condé, mantido sob custódia de militares no palácio do governo, até o momento não convenceu a diplomacia estrangeira. Ainda no domingo 5, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, condenou "qualquer tomada de poder pela força das armas". A Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental exigiu a "imediata e incondicional" libertação do presidente, caso contrário imporá sanções ao país. A China, afetada pela alta dos preços dos minérios derivados da incerteza do golpe, repetiu o apelo. Pequim, afirmou Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, "se opõe às tentativas de golpe". A chancelaria russa limitou-se a informar que acompanha de perto a situação e espera a preservação de seus interesses comerciais, que incluem três minas de bauxita e uma refinaria de alumina, óxido derivado do alumínio.

Doumboya estabeleceu o prazo de 18 meses para a formação de um governo de unidade nacional, o retorno à normalidade e a devolução plena do poder aos civis, mas o histórico de promessas vãs, na própria Guiné e no resto do mundo, recomenda cautela. Os golpes *old fashioned* voltaram à moda na África Ocidental: militares assumiram recentemente o controle no Mali e no Chade. Embora o tenente-coronel queira transmitir uma imagem de unidade em suas aparições públicas, circulam relatos de divisões nas Forças Armadas, o que poderia prolongar a quartelada por tempo indefinido. Os partidos de oposição decidiram pagar para ver. Em entrevista à agência de notícias alemã Deutsche Welle, Diallo, principal adversário nas urnas de Condé, ponderou sobre o risco de uma nova ditadura fardada: "Sim, é claro que tenho medo, mas considero este um ato patriótico até que se prove o contrário".

A instabilidade da região preocupa o mundo por outro aspecto: quanto mais fragilizados ficam os Estados, mergulhados em conflitos internos, maiores as lacunas a serem preenchidas pelos movimentos jihadistas liderados pela Al-Qaeda e pelo Estado Islâmico, que elegeram o continente africano como novo território de expansão. •

O som da solidão

PANDEMIA O isolamento impôs mudanças de natureza criativa e também nos processos de gravação e divulgação de álbuns

POR SÉRGIO MARTINS

No início de 2020, quando a Covid-19 ainda era tratada como algo distante, o guitarrista baiano Webster Santos sonhou com Zélia Duncan, de quem é colaborador contumaz. Imaginou a dupla em um estúdio diferente, acompanhada de uma terceira pessoa. Em agosto do ano passado, Santos recebeu uma ligação da cantora carioca dizendo que tinha iniciado as composições para um novo disco e que teria o guitarrista pernambucano Juliano de Holanda como parceiro. Logo, estariam os três num estúdio de fato diferente: cada um em sua casa.

Pelespírito, álbum de Zélia que chegou às plataformas em maio, foi gravado sem que os três se encontrassem. Toda a gravação foi feita de forma virtual. "Logo percebi que não duraria dois ou três meses, e que seria um tempo misterioso e imprevisível. Desejei então que as músicas ajudassem as pessoas, como nos ajudaram e ajudam, a passar por tudo isso. Foi um jeito de me salvar do isolamento", diz Zélia.

O álbum é um retrato da era da Covid, apresentado ora com letras incisivas, ora com mensagens de conforto, a começar pela faixa-título: *Tô em casa/ Tô na causa/ Tô sem nada/ Longe de tudo e sem tirar os olhos do mundo*. Outras canções, como *Vai Melhorar*, soam como mensagens de esperança: *Vou melhorar/ Vem melhorar comigo/ Um dia vai ser bem melhor/ O destino me disse/ Ele é meu amigo*. *Pelespírito* é um entre muitos exemplos da busca pela sobrevivência artística neste período.

O primeiro impacto sobre a música foi no próprio processo de composição. A cantora e instrumentista carioca Nilze Carvalho passou por um período de bloqueio criativo e concentrou forças em *performances* ao vivo nas redes sociais. Outros se voltaram à produção ao perceber que o período de isolamento se estenderia. "A pandemia não me inspira", chegou a declarar o cantor e compositor mineiro Lô Borges, que acabou por soltar, este ano, *Muito Além do Fim*, álbum de matriz roqueira e letras de protesto, no qual retomou a parceria com o irmão Márcio Borges.

Já o capixaba Silva teve de vencer a crise criativa pouco antes de iniciar as gravações de *Cinco*, de 2020. "Passei por algo que chamaria de uma grande sorte. Claro que passei por dificuldades, com toda a ansiedade que este momento nos impõe, mas ter começado o isolamento fazendo um álbum certamente salvou minha cabeça", diz ele, que se enfurnou seis meses no estúdio. Sim, a pandemia pode ser inspiradora.

> Os trabalhos que chegam agora para o público foram criados nas casas dos artistas

***Só*, que Adriana** Calcanhotto lançou em 2020, mudou até o método de criação da artista. "Fiz um álbum inteiro como se fossem crônicas do que estava acontecendo. As canções que eu criava de manhã eram um retrato das notícias que via no dia anterior", diz ela, que se propunha a criar uma composição nova até a hora do almoço.

Só é um retrato da fase de estupefação do início da pandemia. *O que temos são janelas*, canta ela em *O Que Temos*. Crítica ferrenha da inépcia do governo, Adriana arriscou até uma previsão em *Sol Quadrado*: *Levanta que agora é chegado o teu dia/ Levanta que chegou a hora e que quero ver/ Tu levares para casa tudo o que tens plantado/ Levanta pra ver o sol quadrado.*

Mallu Magalhães, que tinha um álbum pronto quando o confinamento começou, chama atenção para outro aspecto do pe-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 57

Cinema. Ameaçada de ser extinta por Bolsonaro, a Ancine completa 20 anos

Janela e violão. Silva (*à esq.*) se enfurnou no estúdio; Mallu (*acima*) se reinventou no lançamento; Adriana Calcanhotto (*abaixo, à esq.*) compôs a partir de notícias; e Zélia (*abaixo*) apanhou da tecnologia

JOANA LINDA, FLÁVIA SOARES, LEO AVERSA E LUCAS DORNELAS

ríodo pandêmico: a divulgação da obra. "Precisamos adaptar o trabalho na produção de conteúdo de divulgação, como sessões fotográficas e finalização de vídeos", diz. "Fiquei triste em não poder executar todas as minhas ideias, claro, mas, diante das circunstâncias, encontrei soluções criativas, tentando canalizar a energia para encontrar novos caminhos em vez de estacioná-la no lamento dos obstáculos."

Para muitos, a adaptação envolveu, inclusive, desafios de ordem tecnológica. "Não tenho o dom da tecnologia", confessa Zélia, que ganhou de Webster Santos um sistema da Yamaha para que ela pudesse gravar a voz sem maiores complicações. Mesmo assim, foi penoso. "Tive de aprender os primórdios de gravação, escolher a melhor hora do dia. Chorei de angústia e de alegria, na mesma medida, até perceber que estava conseguindo", diz.

Além de ter viabilizado álbuns coletivos mesmo com os artistas em lugares distintos, a tecnologia possibilitou um barateamento dos processos. "A tecnologia permite que os estúdios existam, literalmente, em qualquer quarto. E, em casa, não há o taxímetro ligado do estúdio, que costuma cobrar por hora. O artista fica mais livre para criar e experimentar", diz Felipe Simas, empresário da dupla Anavitória, que lançou este ano *Me Conta da Tua Janela*, *single* que faz alusão à saudade e ao isolamento.

"Muita gente deu um jeito de levantar equipamentos para gravar com autonomia e a distância", diz Rafael Ramos, diretor artístico da Deckdisc. "Muitos artistas compraram microfones e centrais de gravação compatíveis com os estúdios e mantiveram a qualidade nos registros. A iniciativa também aumenta as possibilidades de encontros que talvez não pudessem acontecer de forma presencial."

Paulo Junqueiro, presidente da Sony Music, é outro que aponta a redução de custos como um dos aprendizados do período. "Todo mundo percebeu que pode fazer as coisas com um custo mais baixo, mais simples e conveniente", diz. "Aprendemos a nos virar e a tentar fazer as coisas de uma forma tão eficiente quanto antes, mas sem superproduções às vezes desnecessárias."

No estúdio. Rick Bonadio crê que as gravações voltarão a ser como antes

Ainda que estejam certos de que nada será como antes, tanto Ramos quanto Junqueiro são reticentes em afirmar que os discos "solitários" possam se tornar tendência. "Quando estivermos em um momento mais seguro, a maioria dos artistas não vai abrir mão de ter sessões de gravação juntando todas as partes envolvidas. O trabalho fica mais dinâmico e confortável", diz Ramos. O produtor Rick Bonadio concorda: "Com o reaquecimento do mercado, tudo deve voltar ao patamar anterior. Até porque a maioria dos artistas é competitiva e sempre quer melhorar a qualidade".

O presidente da Sony diz ter percebido que pode operar com custos mais baixos

Ramos lembra, contudo, que a produção mais "crua", que era uma realidade do mercado independente, e foi acelerada na pandemia, veio para ficar. Um exemplo disso é *Anga*, disco do indígena Nelson D, uma obra sofisticada gravada da maneira mais caseira possível. "A única dificuldade é aceitar que esse material ficará guardado por muito tempo antes de conseguir ser apresentado num *show* ao vivo", lamenta.

Sejam esses registros tendência ou não, o fato é que um dos feitos do último ano e meio foi mostrar ao público a essência do artista e a verdade de sua música. "Quem realmente tem talento passou com nota 10 nessa prova. Quem faz *pop* rasteiro ou MPB de butique foi desclassificado nessa etapa de reclusão. Houve um enfraquecimento do efêmero: as pessoas ficaram mais atentas e seletivas e não adiantou o jabá forçar o verão", resume, afiado, Zé Pedro, DJ e proprietário do selo Joia Moderna. O selo lançou recentemente as produções "caseiras" *Melhor Que Seja Rara*, um apanhado de canções singulares gravado por Leila Pinheiro, e *Sucesso Bendito*, uma compilação de releituras de músicas de Caetano Veloso pelo cantor e compositor paraense Arthur Nogueira.

O mundo da música popular é, como se sabe, um reflexo de seu tempo. E se compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso e Milton Nascimento nos ensinaram como foi o período da ditadura militar, esse conjunto de álbuns que vem chegando agora a público funcionará como um porta-retratos destes tempos incertos, em que, apesar da angústia, a esperança também se deixa antever. •

REDES SOCIAIS

A franquia *Minha Mãe É Uma Peça* vendeu 25 milhões de ingressos

MIDGAL FILMES/GLOBO FILMES

Sobrevivendo no inferno

ANCINE Mesmo entrincheirada entre o TCU e o bolsonarismo, a agência federal mantém-se de pé e chega aos 20 anos

POR ANA PAULA SOUSA

Há 20 anos, no dia 6 de setembro de 2001, foi publicada a Medida Provisória 2228-1, que instituiu as bases da política audiovisual brasileira e criou a Agência Nacional do Cinema (Ancine). Fruto da organização de um grupo de cineastas e produtores que desejavam uma relação mais próxima entre o cinema e o Estado, a Ancine alterou de forma profunda o lugar do cinema brasileiro na sociedade e no mercado.

Em 2001, 30 longas-metragens brasileiros haviam entrado em cartaz. Em 2019, último ano pré-pandêmico, foram 169 as estreias de filmes aqui produzidos. Nesse período, o número de espectadores dos filmes feitos no País saltou de 6,9 milhões para 24 milhões (*ver gráfico na pág. 58*). Calcula-se que, desde então, a Ancine tenha se envolvido na produção de 2 mil obras, entre séries e longas-metragens.

Nos últimos dois anos, no entanto, a agência mergulhou numa crise que fez com que se duvidasse que completaria, de fato, seu 20º aniversário. A Embrafilme, empresa estatal criada em 1969, chegou aos 20 anos, mas, antes de fazer 21, foi extinta pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello. Jair Bolsonaro ameaçou fazer o mesmo.

Em 2019, poucos meses depois de Bolsonaro ter sido empossado, descobriu-se que havia uma bomba-relógio armada na agência. O Tribunal de Contas da União (TCU) vinha, desde 2017, apontando riscos para a política de cinema, como a lentidão na análise de projetos e a concentração de recursos em poucos beneficiários. Mas, naquele momento, o órgão publicou um acórdão no qual questionava também o sistema de prestação de contas.

Esse acórdão, além de ter desencadeado a paralisia no sistema de financiamento, fez com que Bolsonaro olhasse para a Ancine. E disso, obviamente, boa coisa não poderia sair. Na *live* de 25 de julho de 2019,

o presidente, ladeado por uma tradutora de libras e por um major da PM, afirmou: "Vejam como funciona a tal da Ancine, né? Teve uma liberação de 530 mil reais para fazer um filme comigo. Olha como os caras são legal, bonzinho (*sic*). Depois da notícia de fazer um filme sobre mim, a Ancine ganhou mais um F.O. positivo – fato observado positivo. Vamos buscar a extinção da Ancine".

Dias antes, Bolsonaro havia atacado *Bruna Surfistinha*, dizendo ser inadmissível que, com dinheiro público, se fizessem filmes como esse. Prometeu então criar "filtros" para a produção. Dois meses depois, o governo publicou uma portaria que suspendia um edital voltado à produção de obras ligadas à diversidade sexual – por causa da portaria, o ex-ministro Osmar Terra tornou-se réu em uma ação por improbidade administrativa.

Como se o TCU e o bolsonarismo não fossem o bastante, a agência vivenciou, em meados de 2019, o afastamento de seu diretor-presidente, Christian Castro. Ao lado de outros servidores, ele era investigado numa ação que apurava violação de sigilo institucional e prevaricação. No mês passado, a Justiça determinou o trancamento do processo e concedeu *habeas corpus* a todos os acusados.

Nas duas últimas décadas, a Ancine esteve envolvida na produção de cerca de 2 mil filmes e séries

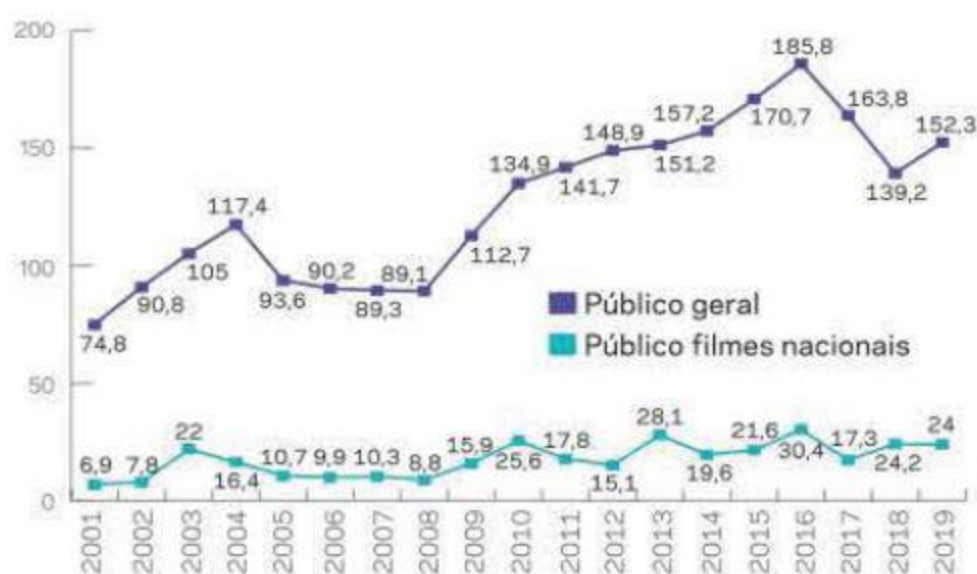
A pendenga fez, porém, com que a agência terminasse 2019 em frangalhos, com apenas um membro na diretoria colegiada – originalmente composta de quatro pessoas. Esse diretor era Alex Braga, procurador federal que está na Ancine desde 2003 e que, no mês que vem, deve assumir a sua presidência.

A diretoria tornou-se, nesse momento, um espaço cobiçado por bolsonaristas de diferentes matizes. Enquanto o próprio presidente da República declarava desejar um presidente "terrivelmente evangélico", ex-alunos do guru Olavo de Carvalho e assessores políticos do PSL se engalfinharam por uma cadeira.

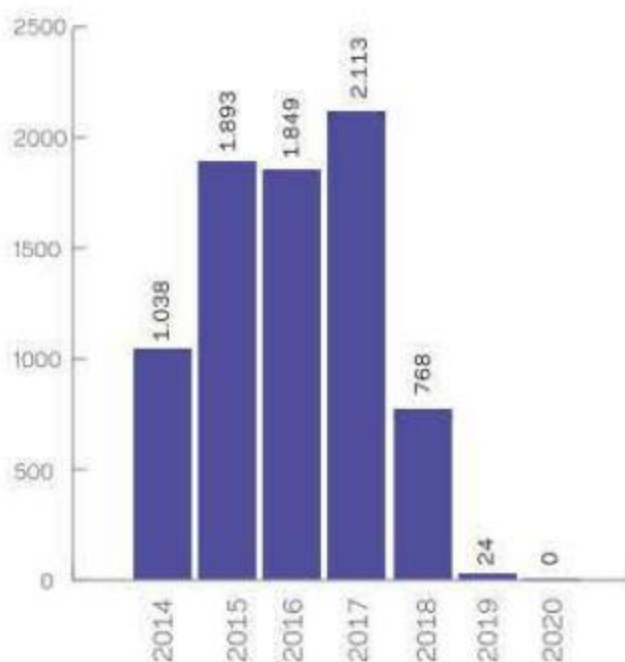
Entre entradas e saídas, pressões e negociações, Bolsonaro nomeou, há dois meses, três servidores de carreira como diretores efetivos – os primeiros desde 2019. São eles, além de Braga, os especialistas em regulação concursados Vinícius Clay e Thiago Mafra. Sobrou ainda, como interino, Mauro Gonçalves de Souza, ex-assessor de um deputado militarista do PSL.

Quando se pensa no destino da Fundação Palmares, sequestrada pela ideologia mais tacanha abrigada no bolsonarismo, ou da secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, comandada por André Porciúncula, porta-voz agressivo da teoria da "mamata na cultura", vê-se que a Ancine foi, em alguma medida, poupada da destruição.

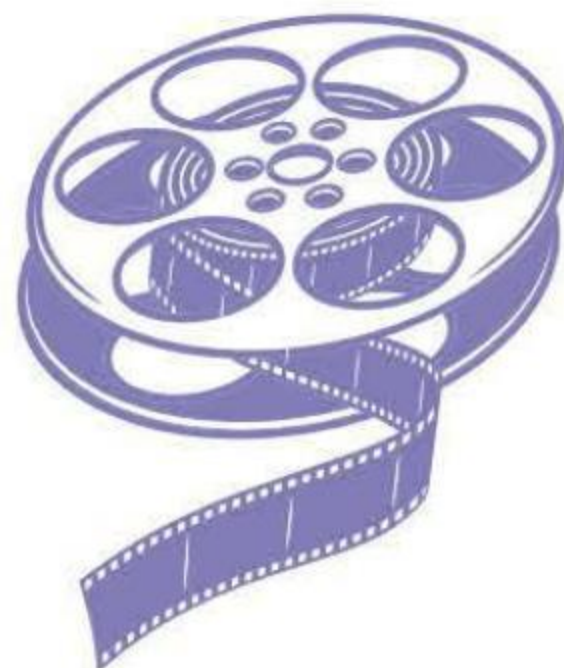
"Ainda que claramente cedesse a pressões do governo para estabelecer-se no posto, especialmente em relação à morosidade das liberações de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), Braga não transformou a Ancine em uma produtora de filmes conservadores nem foi uma versão, no século XXI, de Ipojuca Pontes (*secretário da Cultura de Collor*), um feitor que, a partir de declarações polêmicas, promoveu o desmonte

CINEMA BRASILEIRO X CINEMA ESTRANGEIRO

Fonte: Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA/Ancine)

O FOMENTO PARADO
Número de projetos aprovados em editais

Ano	Projetos
2014	1.038
2015	1.893
2016	1.849
2017	2.113
2018	768
2019	24
2020	0

Fonte: Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)

OS CAMPEÕES DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

FILME	PÚBLICO NO CINEMA
1. Nada a Perder (2018)	12,1 milhões
2. Minha Mãe É Uma Peça 3 (2019)	11,5 milhões
3. Os Dez Mandamentos (2016)	11,3 milhões
4. Tropa de Elite 2 (2010)	11,1 milhões
5. Minha Mãe É Uma Peça 2 (2016)	9,2 milhões
6. Nada a Perder 2 (2019)	6,1 milhões
7. Se Eu Fosse Você 2 (2009)	6,1 milhões
8. Dois Filhos de Francisco (2005)	5,3 milhões
9. Minha Vida em Marte (2018)	5,2 milhões
10. De Pernas Pro Ar 2 (2012)	4,8 milhões

Fonte: Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA/Ancine)

da Embrafilme", escreve o pesquisador Marcelo Ikeda, autor do livro *Utopia da Autossustentabilidade: Impasses, Desafios e Conquistas da Ancine* (2021).

A morosidade apontada por Ikeda diz respeito ao manejo dos recursos do fundo que, desde 2012, responde por boa parte do apoio ao setor no Brasil. No ano passado, várias produtoras entraram na Justiça pedindo a liberação de recursos represados e apontaram o sufocamento premeditado do fomento.

A Ancine, do seu lado, respondeu à Justiça que o FSA precisava não só adequar-se às novas exigências do TCU, como passar por um ajuste contábil, uma vez que apresentava um descompasso entre as disponibilidades orçamentária e financeira. Um novo relatório do TCU, publicado em agosto, confirmou a existência desse déficit.

De acordo com o TCU, o desequilíbrio no fundo foi agravado em 2018, quando foram aprovados 1,2 mil projetos no sistema de "fluxo contínuo", modalidade que, ao contrário dos editais – até então o modelo dominante – não implica um processo seletivo. Em 2016, tinham sido 258 aprovados por esse sistema; em 2017, 478. O novo ritmo do desembolso era, segundo o TCU, incompatível com a capacidade técnica e operacional da agência. "É fácil discernir a rápida 'queima de caixa livre' no segundo semestre de 2018", escrevem os auditores. "Justamente isso (...) explica – melhor que qualquer outra hipótese – a redução do ritmo de seleções e contratações do FSA." O relatório, ao mesmo tempo, confirma a paralisia da política.

Enquanto, entre 2017 e 2018, foram aprovados quase 3 mil projetos em editais, nos últimos dois anos esse número despencou para 24 (*ver quadro acima*). Apesar de inegáveis, os problemas financeiros e de gestão da agência passaram a se confundir, no violento ambiente político bolsonarista, com a pressão do governo para que os projetos de filmes brasileiros ficassem na "geladeira".

Desde o fim do ano passado, o passivo de projetos à espera de contratação tem sido reduzido e, recentemente, foram aprovados os primeiros novos editais desde 2018, no valor de 473 milhões de reais. Ao mesmo tempo, os produtores têm sido pressionados por diligências que os obrigam a caçar documentos de obras realizadas até 15 anos atrás – parte de um passivo de 4 mil prestações de contas.

Mundialmente, a política cinematográfica tem o propósito de contribuir para que, a despeito do domínio de Hollywood, os filmes locais sejam produzidos e vistos. No Brasil, essa política foi estabelecida na década de 1930 e sempre espelhou o intercâmbio entre decisões governamentais e demandas do setor. Com Bolsonaro, ainda que o vínculo entre cinema brasileiro e Estado tenha se mantido e a Ancine tenha conseguido chegar aos 20 anos, rompeu-se o intercâmbio. •

A arte de olhar

LIVRO EM *O NERVO ÓPTICO*, MARÍA GAINZA USA PINTORES E QUADROS COMO RECURSO NARRATIVO PARA FALAR SOBRE SI

POR ANA PAULA SOUSA

Crítica de arte, a escritora argentina María Gainza, ao estrear na ficção, manteve-se nesse círculo e adotou os quadros como forma de falar do mundo e, consequentemente, de si. *O Nervo Óptico* pode ser definido tanto como autoficção quanto como uma obra que transita entre a crítica de arte e a autobiografia.

A narradora dos 11 contos – praticamente capítulos que flutuam de forma separada, mas orgânica – chama-se María e, assim como a autora, passa a vida entre museus. As histórias dos quadros e pintores que atravessam as páginas tornam-se, assim, a maneira pela qual Gaínza, de forma fugidia, relata episódios de sua vida.

"É inevitável", escreve ela. "Falamos o tempo todo de nós mesmos, falamos tanto que acabamos por nos odiar. Quando me canso de mim, dos meus eternos malabarismos mentais, penso que talvez não seja má ideia acabar virando fantasma." Gainza tem um travo amargo e irônico que empresta à sua escrita delicada um bem-vindo desconforto.

Seja na impossibilidade de a narradora ver a *Madonna del Parto*m, de Piero dela Francesca, em Monterchi, ou *O Sonho*, de Rousseau, em Nova York, por ter medo de avião, seja no momento em que tem certeza de que a menina retratada por Augusto Schiavoni é ela mesma, *O Nervo Óptico* está sempre nos mostrando o quanto a arte é capaz de dizer por nós aquilo que não sabemos dizer – ou sequer sabemos sentir. •

VITRINE

PÓSTUMO. Há, em *A Dama de Branco* (Companhia das Letras, 192 págs., 59,90 reais), de Sérgio Sant'Anna, uma sutil presença da morte e uma menos sutil presença da velhice. Textos inéditos do autor, morto em 2020, se juntam aqui a contos já publicados em revistas e em *sites*.

PEÇA. Guel Arraes e Jorge Furtado imaginam, em *O Debate* (Cobogó, 80 págs., 36 reais), um casal de jornalistas recém-separados que se encontram nos bastidores do debate eleitoral entre Lula e Bolsonaro em 2022. Nesse futuro nada distante, a dupla nos leva a rir da espantosa realidade.

CLÁSSICO. A *Ciropédia* (400 págs., 94,90 reais) retorna ao público em uma caprichada edição da Fósforo, com tradução do grego. Na orelha, Renato Janine Ribeiro lembra que a questão posta pelo soldado ateniense Xenofonte segue válida: "Como liderar seus semelhantes?"

RITA VON HUNTY

Um cristão ou um nazista?

▶ Com uma "fé" política inspirada em Hitler, Bolsonaro tenta construir uma pátria onde comprar feijão se torna coisa de otário e comprar fuzil vira coisa de cristão

Em *A Ideologia como Linguagem*, Theodor W. Adorno demonstrou o modo obsessivo pelo qual o tema da morte atravessa a obra de Martin Heidegger, filósofo do nazismo. Não é apenas coincidência que, ao atravessarmos um governo marcadamente nazifascista, enfrentemos, além de uma política nefasta de morte, uma fixação no termo e no tema. A morte tem sido enunciada por Bolsonaro como uma das alternativas para o encerramento de seu desastroso governo.

Raymond Williams conclui o célebre texto *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell* (1958), com uma bela metáfora sobre o papel dos que empreendem lutas nos campos do ensino e da educação e sobre a interpretação dos conjuntos de significados e valores. Williams fala da importância de se reconhecer, tornar comum e nomear ideias que contêm em si sementes de vida e, também, daquelas que, mascaradas, carregam sementes de morte.

Retomar esses dois trabalhos e seus autores fundamentais para o século XX talvez nos ajude a denunciar e combater o que há de mais podre neste momento que vivemos como sociedade. À medida que o governo Bolsonaro se encaminha para seu encerramento, seja cronológico, seja devido ao desgaste de suas bases apoiadoras, vamos vendo cada vez mais claramente delineadas as táticas de um projeto que parece seguir à risca a cartilha de Hitler.

Mein Kampf (*Minha Luta*), a infame obra do ditador, continha mais de 164 mil erros de gramática e sintaxe, como apontou Lion Feuchtwagner. A eles, se somam contradições – aquilo que é dito e depois desdito, conforme a conveniência – e fraudes ostensivas, pontuadas no brilhante texto *Dialética do Marxismo Cultural*, de Iná Camargo Costa.

Apesar de vergonhoso e hediondo do ponto de vista do comprometimento com a verdade ou com a humanidade, o texto tem guiado o governo Bolsonaro. Tanto é assim que chegamos a ver Roberto Alvim, ex-secretário da Cultura, reencenando um pronunciamento de Goebbels, ministro da propaganda nazista.

A filiação à obra de Hitler evidencia-se também em uma série mais ou menos extensa de episódios protagonizados pelo próprio Bolsonaro. Basta nos lembrarmos de que ele definiu a maior pandemia de nosso tempo como uma "gripezinha" e, depois, encenou discursos nos quais afirmava nunca ter dito isso, reforçando que tinha dado importância à crise sanitária.

Ou ainda de que ele se referia pejorativamente ao "Centrão" para, posteriormente, dizer que sempre fez parte desse grupo. Isso sem falar na guerra de morte declarada ao marxismo (primeira tarefa do regime nazista) e tão bem alardeada por ignóbeis figuras como Ernesto Araújo, Abraham Weintraub e Olavo de Carvalho.

Acredito, no entanto, que, em meio a tudo isso, a denúncia mais urgente a ser feita é aquela contida no último reduto de fidelidade bolsonarista: a criação de uma fé política cega. Mentir e falsear a realidade tem sido regra na comunicação presidencial. Só em 2020, Bolsonaro deu 1.682 declarações falsas ou imprecisas – justo ele que tão fervorosamente recorre a João 8:32, autor do versículo "Conhecereis a verdade, e ela vos libertará".

Não por acaso, é creditada a Goebbels a fórmula de que "com suficiente repetição e conhecimento de psicologia popular é possível provar que um quadrado é, na verdade, um círculo". Essa máxima, em versão bolsonarista, se traduz, entre outras coisas, na fraude das urnas eletrônicas e na ditadura do STF.

A construção de tal fé política aparece reiteradas vezes na cartilha de Hitler. A convicção do líder nazista era a de que o povo alemão tinha uma missão atribuída pelo Criador – algo que também encontra eco no discurso de Bolsonaro. Sabemos, hoje, que a aderência ao nazifascismo dependeu integralmente do fanatismo e da intolerância de um povo massacrado e sem ferramentas críticas para resistir.

É, portanto, imprescindível pontuar que os repetitivos ataques bolsonaristas à ciência e à educação fazem parte de um projeto de desarmamento crítico de um povo. O atual governo levou os níveis de investimento nesses setores a regredir aos patamares de duas décadas atrás.

Jesus Cristo, durante sua passagem como proponente de outra ordem social, sempre procurou combater o fanatismo e a intolerância. É, por isso, uma contradição usar a palavra "fé" quando nos referimos a qualquer coisa relativa ao bolsonarismo. Enfraquecido e isolado, o presidente reforça uma prática que não tem nada de nova: mobilizar, através do falseamento e da manipulação, a crença em um Deus armado e violento.

Com isso, ele vai tentando construir uma pátria onde comprar feijão é coisa de otário e comprar fuzil é coisa de cristão. Tenho a esperança de que consigamos ensinar e aprender que um cristão com fuzil é apenas um nazista disfarçado. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Cansados de pagar impostos, os três protagonistas dessa crônica cotidiana resolvem deixar a Itália

Escapar para onde?

FILME *CIDADÃOS DO MUNDO*, DIRIGIDO POR GIANNI DI GREGORIO, BEBE EM DUAS TRADIÇÕES ITALIANAS: O CÔMICO E O POLÍTICO

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

O cômico e o político, duas tradições duradouras do cinema italiano, complementam-se como massa e molho em *Cidadãos do Mundo*, que estreou nos cinemas na quinta-feira 9.

A crônica sobre o cotidiano de três homens maduros além do ponto insere-se na linhagem das histórias de personagens comuns, cuja vontade de melhorar de vida tropeça na realidade áspera.

O tema inspira cineastas italianos há mais tempo do que o Neorrealismo, ou seja, não tem nada de novo. Nem tampouco envelheceu.

Um professor de latim, um aposentado que nunca gostou de trabalhar e um faz-tudo que nem aposentadoria tem compõem o trio de protagonistas. Os que recebem algum pecúlio veem a cada mês o valor real minguar, devorado por impostos gulosos. O terceiro vai levando a vida com um negocinho aqui, outro ali, mas sem folga e, vez por outra, raspando o fundo da caixinha onde guarda seus minguados euros.

Em meio a esse quase nada, alguém sugere ir embora, sair da Itália para curtir a velhice num lugar onde o valor da aposentadoria não acabe antes do fim do mês.

Onde? A pergunta é simples, mas as várias tentativas de dar uma resposta revelam o sentido utópico do plano. Existe, afinal, algum território para escapar deste mundo?

O desejo de evasão ecoa a presença quase muda, mas eloquente, do negro Abu. O jovem fugiu do Mali a pé e cruzou o Mediterrâneo num bote da morte. Por ora, se vira negociando bugigangas nas ruas de Roma, enquanto sonha alcançar o Canadá, onde tem um irmão.

Esse duplo movimento dá concretude ao título original, *Lontano Lontano* (*Longe Longe*), "traduzido" pelo demasiado protocolar *Cidadãos do Mundo*. Mais que isso, os dois fios alinhavam o burlesco ao dramático, associam o partir e o vir, conectam realidades que parecem adversárias.

Em outras mãos, o tom poderia ser pessimista ou se tornar mais uma denúncia da crise social, do retorno do recalcado do colonialismo etc.

Mas o jovem veterano Gianni Di Gregorio, que estreou aos 60 anos e, aos 70, dirige este quarto longa-metragem, tem o dom da ironia e sabe temperar o azedume com humor. Aliás, como fazia no saboroso *Almoço em Agosto*, seu primeiro longa-metragem, que chega nesta semana ao *streaming* da Reserva Imovision.

Em *Cidadãos do Mundo*, ele próprio interpreta o Professor, o latinista que quer partir ao mesmo tempo que duvida da ideia. Em seu lugar dentro e fora, o ator-diretor representa e observa e, mesmo arrastado pelo tumulto, tem direito a reticências. Do lado de cá da ficção, somos o seu duplo, e sofremos enquanto rimos. •

IMOVISION/TELECINE

Para se fazer ouvir

FILME *A ÚLTIMA FLORESTA*, PREMIADO NO FESTIVAL DE BERLIM, SE EQUILIBRA ENTRE A CONTEMPLAÇÃO E O ENGAJAMENTO NA LUTA INDÍGENA

PEDRO J. MÁRQUEZ

A relação do diretor Luiz Bolognesi com os indígenas remonta aos tempos de juventude e antecede, inclusive, sua entrada no cinema profissional, como roteirista de *Bicho de Sete Cabeças* (2000). Bolognesi estudou Antropologia e foi professor numa comunidade frequentada pelos Pataxós, no sul da Bahia.

O aprofundamento dessa relação se daria, anos depois, por meio do próprio cinema, primeiro como roteirista de *Terra Vermelha* (2008) e a seguir como diretor da animação *Uma História de Amor e Fúria* (2013), que recupera a mitologia Tupinambá.

Toda essa trajetória serviu de preâmbulo ao projeto estético que Bolognesi começou a construir em *Ex-Pajé* (2018) e que se consolida em *A Última Floresta*, em cartaz desde a quinta-feira 9. O filme ganhou o prêmio do público na Mostra Panorama do Festival de Berlim, no início deste ano, e tem, desde então, percorrido um amplo circuito de festivais.

No filme, Bolognesi repete a experiência de *Ex-Pajé*, que é a de convidar um *xamã* para, com ele, escrever o filme e protagonizá-lo, num passeio livre entre o registro documental e a representação. Desta vez, esse papel coube a Davi Kopenawa, porta-voz do povo Yanomâmi e uma das mais conhecidas lideranças indígenas do País. "Seus ouvidos não entendem nossas falas", diz ele, logo de início, referindo-se aos brancos.

O resultado do encontro é um filme que dialoga de forma direta com o cinema hoje produzido nas aldeias e que procura também, por meio de recursos narrativos, ampliar a interlocução com o público.

Roteirista experiente, Bolognesi, ao mesmo tempo que respeita a temporalidade da aldeia e incorpora a cosmogonia indígena – mostrando, por exemplo, o ser aquático que se deixou capturar em forma de mulher –, procura estabelecer linhas de contato mais diretas com o espectador.

Ele faz isso tanto por meio das falas de Kopenawa sobre a agressividade do garimpo e a luta do povo Yanomâmi para não ser extinto quanto por meio de imagens e sons da floresta que procuram criar uma aura de encantamento. A presença de Kopenawa é, sem dúvida, o elemento mais contundente do filme e acaba por fazer até com que os demais personagens surjam um tanto diluídos na tela.

Apesar de ser, em grande medida, um filme contemplativo, *A Última Floresta* insere-se, de forma incisiva, na luta indígena. E as cartelas finais, colocadas num fundo preto e entremeadas por fotos de Yanomâmis, tornam ainda mais significativos os 75 minutos que as antecedem. •

– Por Ana Paula Sousa

AFONSINHO

Por um pouco de utopia

▶ Ainda que a realidade dos dias atuais pareça negar tal possibilidade, precisamos acreditar na reconstrução deste Brasil esfacelado

Considerando que as manifestações do 7 de Setembro foram o máximo de mobilização "popular" que o atual desgoverno conseguiu, ou seja, que ele bateu no seu teto, o resultado é animador para nós, que somos contrários ao retrocesso que os representantes da extrema-direita nazifascista pretendem impor ao País. É fato que houve grande concentração de pessoas em alguns lugares importantes e, por isso mesmo, visados pelos manifestantes, como a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e a Avenida Paulista, em São Paulo.

Algumas características, no entanto, são reveladoras da pequena representatividade dessas aglomerações marcadas pela presença de bandeiras dos Estados Unidos, de saudações nazistas e de outros símbolos que acreditávamos impossíveis de serem desenterrados.

A porcentagem de pessoas predominantemente brancas chega a ser chocante, quando comparada à realidade da população brasileira e, particularmente, do Rio de Janeiro, onde vimos, na orla de Copacabana, Zona Sul da cidade, uma concentração enfraquecida, a despeito do declarado apoio do Clube Militar, entidade formada por oficiais militares da reserva.

Para nosso consolo, em todos os lugares onde houve a presença de bolsonaristas nas ruas no 7 de Setembro, pudemos ver também opositores que, felizmente, tiveram o bom senso de não servir de "carne de abutre" para esses celerados que compõem boa parte da horda de situacionistas.

Agora é juntar o coro dos descontentes com firmeza e superar mais esse período sombrio da nossa história.

O ideal, ou o nosso "sonho de verão", é aquele de o Brasil se firmar como o grande país cujas dimensões territoriais, riquezas naturais e cultura nos fizeram, historicamente, acreditar num potencial nunca cumprido.

A sonhada "civilização dos trópicos" seria o ponto de equilíbrio, ou o fiel da balança, entre as grandes potências em confronto geopolítico e econômico. Ainda que a realidade dos dias atuais pareça negar tal possibilidade, acredito que essa ainda seja uma utopia a ser perseguida.

Se não fosse por um pouco de utopia, como atravessaríamos, afinal de contas, este período de tantas incertezas e perdas, com a miséria espalhada pelas ruas de nossas cidades e palavras de ordem inaceitáveis sendo proferidas em um lamentável 7 de Setembro.

Sobre a data, especificamente, cabe um parêntese: o 7 de Setembro significa a nossa independência do jugo de Portugal e não a libertação absoluta da qual necessitávamos. A nossa independência nada mais foi do que uma submissão consentida pelos "patriotas" de ocasião.

O Brasil, no fundo, nunca superou essa sina histórica. E volto a insistir, pensando no todo da nação, que não faz o menor sentido o País ter grande produção agrícola e pecuária, além de uma indústria forte, mas continuar sendo marcado por tamanho desequilíbrio social.

Nos próximos anos, teremos de recolher os cacos de um Brasil esfacelado pelo teatro trágico e irresponsável deste momento. O "clássico" em disputa é aquele que coloca, de um lado, o possível *impeachment* e, de outro, as aguardadas eleições de 2022. Seja qual for o caminho, o resultado só poderá ser um: a reconstrução de um país que nos é negado por forças nada ocultas.

Mas, apesar de ser incontornável o assunto dos protestos da última terça-feira, não quero deixar de comentar o fim da Paralimpíada. O evento, em Tóquio, nos impressionou pelo grande número de medalhas conquistadas pelo Brasil e pelo desempenho irretocável dos atletas como um todo.

Tenho notado que são muitas as pessoas profundamente tocadas pelas imagens espetaculares das competições e pelo alto nível da delegação brasileira. A Paralimpíada foi, sem dúvida, um sopro de alento nestes dias de tanta apreensão e desânimo.

Ainda no ambiente esportivo, gostaria de lembrar esta semana que, na contramão do bom desempenho esportivo, o Santa Cruz do Recife, o "Santinha", ficou em último lugar na Série C do futebol. E o caso do time pernambucano não é exceção. Têm sido cada vez mais corriqueiros os rebaixamentos de divisões de clubes de grande tradição, os quais, em outros tempos, tiveram conquistas importantes e torcidas numerosas. Não se trata de acaso, mas sim de um espelho no qual vemos refletidas as tão flagrantes contradições de um país hoje marcado pela instabilidade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

Cuidar em liberdade

▶ A internação de crianças e adolescentes em Comunidades Terapêuticas vai contra os princípios de uma política antidrogas humanizada

O desembargador Leonardo Henrique Carvalho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Pernambuco), suspendeu uma liminar concedida dentro de uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

A liminar, dada pela juíza federal Joana Carolina Pereira, suspendia integralmente a Resolução nº 3, aprovada pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) em 2020. A Resolução previa a autorização para o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas (CTs) a partir de julho de 2021.

A liminar, concedida em julho, suspendia não só o abrigamento, mas o financiamento federal para a internação de adolescentes em CTs de todo o País. Com isso, o Ministério da Saúde ficava obrigado a assegurar o atendimento aos jovens em serviços da Rede de Atenção Psicossocial do Sistêmica Único de Saúde (SUS).

A liminar visava garantir a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, inserindo-se nos princípios do respeito e da proteção da dignidade humana e do cuidado em liberdade. As CTs são locais fechados que, em geral, impõem restrições ao contato externo. Por atuarem na perspectiva da abstinência e de longos períodos de internação, excluindo as pessoas do convívio social, com a família, a escola e o trabalho, acabam reproduzindo a lógica manicomial.

Em diferentes visitas e inspeções, foram verificadas nesses espaços violações de direitos, como tratamento degradante, trabalho forçado, tortura, humilhação, coação à liberdade de consciência e de crença, discriminação ou preconceito.

Apesar de os preceitos éticos constitutivos da Política Nacional de Saúde Mental, fundamentados na Lei Federal nº 10.216/2001 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, preverem que o acolhimento seja oferecido com a garantia do direito à convivência familiar e comunitária e à educação, as CTs têm se expandido com incentivo financeiro do governo federal e de alguns estados e municípios.

Se isso vem acontecendo é porque a Lei nº 13.840/2019, que alterou a Lei de Drogas, definiu-as como "entidades de acolhimento", abrindo assim a possibilidade de que crianças e adolescentes sejam internados nessas instituições, em um negócio explorado por líderes religiosos, ex-usuários de drogas e até agentes de segurança pública.

A construção de uma política pública de atendimento à saúde mental de crianças e adolescentes tem sido um desafio para as diversas gestões que estiveram à frente do Ministério da Saúde, todas até então preocupadas com a necessária intersetorialidade das ações e o respeito aos direitos humanos. O cuidado em liberdade e a convivência familiar sempre estiveram no centro das discussões e das preocupações de gestores, trabalhadores e movimentos sociais.

Marcelo Dayrell Vivas, defensor público do estado de São Paulo e mestre em Direto Sanitário pela USP, é um dos que sustentam que não há cabimento jurídico no atendimento a crianças e adolescentes em CTs e que a Resolução nº 3 do Conad é ilegal. Essa posição foi aprovada como tese institucional pelo Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e da Juventude e é defendida por militantes e organizações do Movimento da Reforma Psiquiátrica.

O SUS oferece uma rede de cuidados organizada em diferentes modalidades de serviços. São unidades básicas de saúde, equipes de consultório na rua, Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenis (CAPSij), unidades de acolhimento infantojuvenis, serviços de urgência e emergência e leitos em hospital geral. Esse conjunto de ações está estruturado numa rede de parcerias com escolas e serviços socioassistenciais.

A proposta de confinar crianças e adolescentes em CTs desorganiza ainda o financiamento do SUS, na medida em que repassa recursos a entidades privadas sem articulação com as redes de educação, saúde e assistência social. Mantêm-se, dessa forma, crianças e adolescentes fora da escola, em locais sem fiscalização, sem atendimento técnico adequado, sem contato permanente com os familiares e responsáveis e, muitas vezes, submetidos a orientação religiosa ou exploração econômica.

É, portanto, primordial focar a atenção e cuidado de meninos e meninas nos equipamentos públicos e dispositivos comunitários de atenção psicossocial, que atuem de maneira intersetorial e privilegiem o cuidado em liberdade.

O Brasil não pode retroceder e conviver com a prática de confinamento que afasta crianças e adolescentes das suas famílias, da escola e da comunidade. É preciso continuar lutando por uma sociedade sem manicômios, que cuide em liberdade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO